

CAPÍTULO V

A ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO

No primeiro capítulo desta tese apresentamos um modo de pensar/fazer psicologia institucional que passa pela consideração do exercício da psicologia como uma instituição. Desse texto, fizemos até aqui derivar a implicação de tal entendimento num campo conceitual determinado, que extrapola os conhecimentos psicológicos e avança para outras modalidades de conhecimento. Nesse sentido, dedicamos os capítulos seguintes ao estudo mais específico do pensamento de M. Foucault, Dominique Maingueneau e S. Freud.

Restou, no entanto, sem uma apresentação mais detalhada, o conceito de instituição com que trabalhamos. É ele que faz a diferença mais radical na estratégia da Análise Institucional do Discurso. É por ele que pudemos dar destaque aos conceitos de gêneros de discurso e comunidade discursiva em Maingueneau; é por ele, ainda, que enlaçamos a concepção de discurso como ato e os procedimentos externos, internos e de circulação na ordem discursiva tal como o dispõe Foucault; finalmente, a partir dele, podemos pensar a clínica psicanalítica como instituição e, como ainda veremos, a transferência como reedição de lugares nas relações que estabelecemos vida a fora.

Em verdade, foi esse conceito de instituição que nos permitiu, em primeira instância, disparar nossos estudos acadêmicos em psicologia.

Ora, instituição não é propriamente um tema imediatamente afeito ao conhecimento psicológico. Na seara da sociologia, recebeu diversos tratamentos, por grandes autores, inclusive. Psicólogos sociais, sócio-psicanalistas e afins, inevitavelmente, lançaram mão de definições produzidas fora de seu campo, para trabalhar com a dimensão social de seus objetos de intervenção e/ou investigação. É assim que Bleger define instituição: como conjunto de normas que formam os valores sociais dos indivíduos (BLEGER, 1981). Berger e Luckman (BERGER; LUCKMAN, 1985), igualmente, se detêm à questão de transmissão de valores sociais. Lapassade, por sua vez, coloca a instituição no brique-a-braque de três dimensões da realidade social: o contato face-a-face, a organização e sua burocracia e a Constituição de um país (LAPASSADE, 1977). E assim por diante.

Na lida de nossos trabalhos e sempre em meio a questões de saúde mental e educação, apropriamo-nos de uma conceituação de instituição como relações sociais concretas que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se (ALBUQUERQUE, 1978). A instituição não é, portanto, um mero epifenômeno. É a ação dos atores institucionais.

José Augusto Guilhaon Albuquerque, sociólogo e cientista político, nos idos de 1980, traz contribuições, sobretudo para os trabalhadores na área de saúde, com essa definição. Retomamos a apresentação que de certo modo já se abordou no Memorial e no capítulo I da presente tese. Mas isto é feito para que se acrescentem aspectos antes não abordados e para que se os articulem, em vários planos, ao que se destacou a respeito de Foucault e Maingueneau.

Ao assim definir instituição, Guilhon Albuquerque faz uso da metáfora teatral, para dizer de relações concretas, empíricas, entre atores, produzindo âmbitos de ação e objetos institucionais. A inspiração é foucaultiana e os desdobramentos desse modo de pensar fizeram-se na psicologia, por nossas investidas, tanto em pesquisas acadêmicas quanto nas intervenções junto aos órgãos de categoria profissional (Conselhos de Psicologia), desde então (GUIRADO, 1987/2004).

Prossigamos com ele.

A instituição se faz na ação de seus atores, sobretudo pela relação de clientela. São duas as categorias fundamentais de atores: agentes e clientela. Estas definem a relação de clientela que, por sua vez, configura, predominantemente, o objeto institucional: aquilo em nome de que a instituição se faz, e sobre que reivindica monopólio de legitimidade. Esse objeto é imaterial, impalpável e, ao mesmo tempo, o que mais propriamente caracteriza uma instituição.

Relações de poder intra e inter-institucional se anunciam: tanto dos agentes entre si e com a clientela, como entre instituições, pela “posse” do objeto institucional. A posição de grupos institucionais em relação a essa posse faz o “desenho” do palco e dos movimentos nele; a resultante são os efeitos de reconhecimento dessa posição como natural e legítima e de desconhecimento da relatividade de tal “desenho” ao fato de serem práticas instituídas, naturalizadas, inclusive pela repetição, e não, naturais.

A regra de ouro das práticas institucionais é a ampliação do âmbito de ação e a extensão de seu objeto, na absorção e no apagamento das fronteiras com outras instituições.

A derivação dessa compreensão é que nos leva a afirmar, como fizemos anteriormente, que não há uma prática soberana e crítica, uma *práxis*; a prática que faz a crítica da ideologia de classe, como qualquer outra, configura um objeto (o monopólio da crítica à ideologia burguesa, pelo discurso marxiano, por exemplo), seus atores a fazem às raias da ampliação do âmbito de ação desse discurso e, nisso, reconhecem sua legitimidade e desconhecem sua relatividade.

Tal concepção de instituição leva-nos, ainda, a pensar que a vida social se faz possível por e nas instituições, sempre.

Resta, entretanto, um comentário derradeiro: em que pese o caráter disparador do pensamento da definição de instituição de Guilhaon Albuquerque, há nela um suporte quase exclusivo dos processos e práticas, na repetição; com isso restringe-se, no plano do conceito, o lugar da mudança e das alterações, da produção, como diria Foucault. Nada que a invalide. Mas, uma restrição que pede atenção constante em nossas análises, para que elas não se limitem ao caráter repressivo, negativo, das práticas sociais, para que não deixem de lado as forças de resistência no jogo de poder, sempre instável e móvel. Outra vez, como diria Foucault.

1. A aventura da delimitação de um campo: o específico na interface

Altera-se, a partir de agora, o estilo da escritura do presente texto no que diz respeito ao sujeito da ação e da oração. Em alguns momentos, é quase impossível o emprego do pronome pessoal *nós* que vimos fazendo, com pertinência e

naturalidade em função da difusão de certas idéias, das pesquisas já produzidas com base nelas, sobretudo neste IPUSP. Para algumas situações, não há como não grafar o pronome pessoal *eu*. Ou porque o trabalho, a pesquisa ou a escritura em foco são de minha responsabilidade direta, ou porque tem sido também de minha responsabilidade essa aventura de uma análise institucional do discurso, como estratégia de pensar e fazer psicologia.

Nesse sentido, inicia-se este item, talvez dos mais diretamente organizativos, no contexto desta tese de livre-docência, bem como no contexto dos cursos que ministro, dos trabalhos que desenvolvo em outras situações concretas e das pesquisas que oriento.

Na maioria das vezes, as discussões mais significativas e produtivas que faço sobre a estratégia de pensamento, sobre o método da análise institucional do discurso, ocorrem em sala de aula, com alunos de graduação e de pós. Ao vivo e com sangue quente, abrimos questões nem sempre já pensadas e, com frequência, a um toque para serem respondidas. Noto o envolvimento de meus parceiros e isto favorece o continuar pensando, com a sensação de há ainda muito em aberto. Ao mesmo tempo e, talvez, por não condizer com o jogo de expectativas em torno do gênero discursivo de aula, ou da relação professor/aluno no ensino/aprendizagem, é sempre desafiador estar nessa situação: interesses e desinteresses, concordâncias e discordâncias, aproximações e afastamentos, inusitadamente, criam-se em meio a acaloradas discussões que, em última instância, criam, também, impasses e tensões, quando consideramos o fato de ser esta uma situação formal de ensino, e as avaliações estão aí para reafirmá-lo. Esta é, sem dúvida, outra aventura para a professora: corresponder, minimamente, à cenografia da sala de aula, com suas exigências formais, sem ferir o mais importante, que é a própria discussão. Umas

cobranças de leitura a mais aqui, algumas vistas grossas a mais ali, e a tal professora se sente pronta para começar tudo de novo, com novas turmas, sem saber exatamente o que vai acontecer.

Tal complexidade de contexto responde pela tensão aumentada e esta, pelo caráter instigador e produtivo da discussão.

Mais que isto, entretanto, aponta para a dimensão política da relação de ensino/aprendizagem que assim se dá: trata-se de uma luta pela não submissão da subjetividade, nas palavras de Foucault ao se referir às relações de poder contemporâneas (FOUCAULT em: RABINOW; DREYFUS, 1995).

Três cenas ilustram esse fato.

A primeira: uma aula da graduação. Durante a discussão sobre a possibilidade da clínica psicanalítica como análise de discurso, uma das últimas do semestre, alguns alunos se intrigavam porque o texto lido comentava o reconhecimento da prática clínica, no quarto e quinto anos da faculdade, como natural e legítima, em função de um eficiente procedimento de supervisão que apresenta, na compreensão teórica (mais ou menos embutida) da experiência de atendimento do aluno-terapeuta, uma indiscutível verdade sobre o paciente atendido, sua demanda, seu sofrimento, suas espertezas, seu desejo, seu manejo inconsciente da situação, suas defesas e assim por diante. Diante disso e da minha proposta de relativizar essas verdades, ao contexto do atendimento e da supervisão, uma aluna lança uma questão para mim, diretamente: por que eu insistia nisso, nessa proposta? “Para fazer diferente!”, respondi, de modo até certo ponto irreverente. E completei: “Para não repetir...”. No momento, apesar de ter despertado certa sintonia, referida por alguns alunos, não me senti muito à vontade com minha

resposta. Só mais tarde, no seguimento do assunto, dei-me conta de que havia uma razão de ser nisso tudo. E essa razão, novamente, se apoiava nos pressupostos conceituais que prezo e que aqui exponho.

A segunda: no corredor, após uma aula, há alguns anos. Um aluno me pergunta por que eu insisto (como se vê, parece que sou vista mais como “insistente”, do que como convincente) em apontar diferenças entre os modos de pensar; por que não trato das semelhanças? Disse-lhe, então, que essa insistência deve-se a uma concepção de aprendizagem por confronto, de um lado, e de outro, que só marcando as diferenças podemos fazer articulações.

A terceira cena: última aula de um curso de pós-graduação. Já havíamos iniciado os trabalhos daquele dia, há pouquíssimo tempo, e estávamos em pleno silêncio como que para encontrar o melhor modo de começar o assunto, quando a porta se abre decididamente e “o assunto chega”! Uma aluna, sempre participativa nas discussões em sala, bem como atenta a entender aquilo de que eu falava, (procedendo, ela mesma, à marcação de diferenças com relação à psicanálise que ela professava) irrompe com entusiasmo no ambiente, dizendo em alto e bom som, que estava feliz por ter descoberto na leitura do texto que “o sujeito psíquico não é o sujeito-dobradiça!”. Risos gerais e a aula teve, então, seu divertido início.

Esses três destaques ilustram o “clima” em que o método da análise institucional do discurso tem se construído, com rigor de pensar, com um horizonte e sem noção de quando (e se) se chegará a palavras finais.

Nesse ínterim, costumo dar uma aula que faz um arremate parcial do “andar da carruagem” ou, como se diz em linguagem mais bem posta, do “estado da arte”. Vamos aos seus argumentos básicos.

1.1 Fazemos psicologia!

Apesar de apostarmos, todo o tempo, na interface da psicologia com outras disciplinas do conhecimento, o que fazemos é psicologia. Na pesquisa e no exercício profissional.

E diante da diversidade de formas em que a psicologia acontece, fizemos um recorte e a aproximamos da psicanálise para a configuração de seu objeto institucional (GUIRADO, 1987/2004): as relações, tal como imaginadas, reconhecidas e desconhecidas pelos que as fazem, no e pelo discurso. Importa, aqui, considerar o lugar que se ocupa nessas práticas; um lugar que não está fora do discurso, mas sim, um lugar que o discurso enuncia e que faz repetir.¹⁸ Tal configuração de objeto à psicologia, portanto, partiu de um recorte conceitual que a aproximou da psicanálise, uma vez que se fala de relações que se representam por aqueles que as fazem; com isso, toma de empréstimo a idéia de fato psíquico, distinto de fato real; toma, ainda a possibilidade de tratar de uma dimensão especial da relação, a da repetição por transferência (para Freud, transferência de vínculos construídos com figuras significativas do passado, atualizados no presente, com outras pessoas).

¹⁸ Como dissemos, o que se repete no corpo da presente Tese, visa a uma retomada “espiralada” do capítulo I para fazê-lo avançar em intenção e extensão.

No mesmo ato de aproximação, inicia-se a diferenciação: a relação de que tratamos como objeto da psicologia, são as relações concretas que fazemos vida a fora, como práticas sociais, desde a família até as de trabalho e estudo. E Freud permanece, é claro, com essa possibilidade de repetição de certo modo de funcionar em relações significativas que se origina no berço, com as figuras parentais ou equivalentes. No entanto, a explicação que dá a respeito do motor, em última instância, da vida psíquica (e da própria transferência) deve ficar em suspenso para que se possa prosseguir pensando, com apoio na psicanálise e, ao mesmo tempo, para além dela. A teoria psicanalítica das pulsões fica, assim, suspensa.

Entram, então, outros termos de discursos outros: (a) de Foucault, discurso em sua materialidade, como ato, como dispositivo institucional, bem como um sujeito construído historicamente por e nesse discurso; (b) de Maingueneau, comunidade e gênero discursivo, heterogeneidade do discurso, teoria da enunciação, cenas enunciativas; (c) de Guilhon Albuquerque, instituição como o fazer dos atores e seus efeitos de reconhecimento e desconhecimento.

Tomando essas linhas de influência é possível voltar a pensar a questão do sujeito da psicologia e/ou da psicanálise, o sujeito psíquico, enfim. E assim o configuramos como uma organização singular, histórica, de um espetacular entrecruzamento de discursos, enunciações, matriciada em relações institucionais. Como dissemos antes (GUIRADO, 1987/2004): *sujeito psíquico, porque sujeito institucional*.

Decorre daí que a psicologia, *nessa perspectiva institucional, não é propriamente uma área de pesquisa e atuação, e sim, um método, um modo de pensar o exercício profissional*. Assim, onde quer que a psicologia se faça (no

consultório, na escola, nos hospitais, nas instituições prisionais), é importante atentar para o jogo de expectativas que se cria entre o psicólogo, seu cliente, a instituição e a teoria professada; só então se poderá dizer dos sentidos que nesse e por esse contexto concreto se constituem. Com essa posição, se poderiam relativizar as verdades que se costumam creditar como “naturais”, uma vez que, por princípio, admite-se que a verdade é produzida ali onde se pensa e se diz estar apenas revelando-a, trazendo-a à tona, reencontrando-a.

Em função de tal modo de considerar o que fazemos como psicologia, vivemos em nosso trabalho, um constante movimento: da legitimação da instituição (porque creditamos o que dizemos e como agimos, creditamos nosso lugar e o de nossos parceiros/interlocutores/clientes) à assunção de sua historicidade e de seu comprometimento com os contextos em que produzimos.

2. No limite de pensar com Foucault, o sujeito-dobradiça.

O escrever, por sua vez, além das aulas, também levou a que se nomeassem alguns organizadores importantes. No livro *Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico* (GUIRADO, 1995/2006), pela primeira vez, empregou-se a expressão *sujeito-dobradiça*, para dizer do modo de produção do sujeito, nessa estratégia de pensar.

A questão está na perspectiva que se tem de análise, os recortes que ela permite e as ‘amarrações’ ou as reconstruções a que se chega, que acabam falando, ao mesmo tempo, dos autores das cenas enunciativas e

das condições de enunciação. Aí, a metáfora da *dobradiça*; ou melhor, de um *conceito dobradiça de sujeito*. Pode não ser elegante. Mas, funciona (GUIRADO, 2006, p. 86).

Esse extrato é antecedido, no referido livro, por um trecho de análise de discurso de internos da Febem-SP, em que afirmamos que esses rapazes reconhecem uma lei, ainda que seja a da transgressão. “tem que transgredir”, esta é a ordem.

Em seguida, formula-se uma pergunta e arrisca-se uma resposta:

“Por análises como esta, ‘psicologizamos’ a noção de sujeito? Ou a ‘pulverizamos’? Nem lá, nem cá. Como uma dobradiça, dessas de portas, facilitamos o movimento das singularidades discursivas e, ao mesmo tempo, acusamos o que parece ser o regime discursivo da marginalidade numa formação social que desta maneira a inclui entre suas formas de acontecer e se instituir.” (p85).

Como se pode notar, no contexto da análise é que se colocou a questão de que sujeito essa estratégia de pensamento configura. E, com ela, uma justa distância entre o sujeito psicológico que salta das análises habituais que se produzem tanto em psicologia quanto em psicanálise, de um lado, e a dispersão do sujeito que marca, sobretudo, *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1971/1996), de outro.

É que a análise só se faz com pressupostos conceituais; ainda que não anunciados, são a condição de análise, seu modo de produção. No caso, já não operávamos exclusivamente com Foucault; se quer com a psicanálise estrito senso. Mostrou-se, então, necessário dizer do sujeito que nossas análises produziam, fora

dos âmbitos mais seguros e já postos de uma ou outra forma de conhecimento, ainda que apoiada nelas, pontualmente.

Este é o aspecto conceitual da mais espinhosa compreensão, nas pesquisas que oriento e nos cursos que ministro. Mostra-se difícil entender que o sujeito-dobradiça não é um sujeito especial que se superpõe, opõe ou justapõe ao sujeito psíquico, à pessoa, ou ao sujeito da ação numa oração lingüística. Difícil entender que se trata de uma metáfora que empresta as qualidades da imagem para apresentar o jogo entre contexto e singularidade numa situação de fala.

A insistência em discutir o tema contribuiu para que uma aluna escrevesse seu trabalho de conclusão de curso na pós-graduação, que é hoje a melhor maneira de tratar do assunto. Cintya Ribeiro, que já havia feito seu mestrado sobre as relações entre o pensamento de Foucault e a *psicologia institucional* que eu ensinava, produziu um texto, agora publicado como um capítulo do livro *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso* (GUIRADO; LERNER (orgs.), 2007). Dele nos muniremos para buscar esclarecer, nas palavras de um outro, o que pensamos.

O texto de Cintya Ribeiro se inicia com a afirmação de que o sujeito-dobradiça é uma metáfora que condensa a articulação epistemológica da análise institucional do discurso (RIBEIRO, em GUIRADO; LERNER, 2007). Assim, com a liberdade das metáforas, poderíamos dizer que se acionam dobradiças conceituais (“conceito-dobradiça de sujeito”), tanto no que diz respeito a uma fundamentação teórica quanto no que diz respeito à operacionalização de um método.

Para essa autora, Foucault desconstrói uma ontologia do discurso, quando o situa como ato, como prática, como referência a uma constituição histórica e

conjunta dele e seu objeto. Do mesmo modo, a análise institucional do discurso produziria a desconstrução ontológica dos objetos *sujeito* e *instituição*, o que permitiria pensá-los como implicados numa gênese peculiar, dessubstancializados.

Daí que, o campo conceitual, configurado pela e para a análise institucional do discurso, estaria na origem também do sujeito (este, dobradiça), e conduziria à possibilidade de falar em uma *analítica da subjetividade*. Isto porque essa análise, com o sujeito-dobradiça como seu operador, remeteria aos modos de subjetivação do sujeito institucional, sujeito da e na relação instituída/instituente. E a subjetividade figuraria, então, como efeito de uma ordem discursiva, de um discurso-ato-dispositivo (GUIRADO, 2006). A subjetividade passaria a implicar práticas institucionais e sua análise, bem como o acionamento do sujeito-dobradiça permitiria entrever as condições de produção do discurso e os efeitos de subjetivação.

Arremata, Cintya, essas complexas relações entre o quadro conceitual e a metáfora do sujeito-dobradiça, afirmando que o acionamento desta última enuncia, ao mesmo tempo, práticas institucionais e subjetividade.

Na seqüência desse mesmo texto, Cintya navega no uso de metáforas para elucidar aspectos importantes daquela (metáfora) que se dispôs a estudar: fala em dobradiças translúcidas, avessos delas e aberturas. Nisso, trabalha pontos-chave das aproximações e dos avanços para além de Foucault, de que a análise institucional do discurso é ocasião.

O primeiro ponto, segundo ela, é que a idéia de dobradiça permite entrever, num mesmo movimento, dispositivos e lugares institucionais. Esses lugares, por sua vez, passariam a ser tomados como lugares de enunciação, pela articulação com os termos de uma análise pragmática do discurso. E, nesse outro movimento,

ganhariam direito à produção de um discurso heterogêneo e polifônico. Da polifonia à polissemia, outro breve deslocamento, agora em direção à psicanálise, e incursionaríamos, passos claros e conscientes, no terreno dos sentidos e das significações.

Se nos distanciamos de Foucault com esses movimentos da dobradiça, uma vez que ele não trabalha com significações ou com representações, ganhamos proximidade em relação à psicanálise, para nós, alvo de revisitação necessária, exatamente pelo percurso nas fronteiras com outras áreas do conhecimento.

Com tais iluminações ou re-posições de nossa metáfora do sujeito-dobradiça, Cintya a aciona e com isso, dá a mobilidade necessária a um modo de pensar que já não é mais Foucault de um lado, mas guarda suas marcas visíveis, avança para os lados da singularidade tão cara à Psicanálise, sem nunca se “estabelecer” definitivamente num ou noutro terreno. Sem também anular suas diferenças.

Que se diga que, em alguns momentos de nossos comentários sobre o texto de Cintya Ribeiro, forçamos nele nossas marcas, nossos alvos, nossas exigências de demonstração. Inclusive pelo recorte que lhe impusemos. O leitor que se motivar a acompanhá-lo na íntegra poderá se beneficiar do caminho próprio da autora para tratar do assunto. Não cremos, no entanto, que o tenhamos distorcido. Tal seria...

Em todos os movimentos apontados, Cintya identifica que nossa proposta “reinventa” a análise foucaultiana, ao apropriar-se de seus fundamentos para, em suas palavras, fazer um giro e ir além dela no que diz respeito à compreensão de modos e efeitos de subjetivação; tudo, porque se lança a tratar os dispositivos em sua qualidade de lugares institucionais de enunciação. Mas, nesse lançar-se, arrasta para o interior do método um traço eminente do pensamento de Foucault: a análise

que propomos se faz sobre a superfície mesma das práticas discursivas, sem imanências ou transcendências.

Outro ponto que ressalta na leitura do referido texto e que apresenta o movimento de aproximação/diferença em relação a Foucault é o que diz respeito às dimensões da objetivação do sujeito e da subjetivação no discurso. Este trata de como as práticas discursivas produzem seus objetos; inclusive o sujeito é assim objetivado. Daí, não se poder falar em sujeito universal, da mesma forma que não existem práticas atemporais e indivisas.

E ao falar em sujeito, qual é a distância que vai da objetivação à subjetivação? Como entender aí o termo subjetividade?

Em Foucault, a subjetivação refere-se ao modo como os sujeitos objetivados apropriam-se dessa objetivação; ao modo como aprendem a se reconhecer sujeitos. A subjetividade, por sua vez, pode ser entendida como resultante ou efeito da objetivação de “si”. Isto, considerando-se que o sujeito objetivado não tem aqui qualquer traço de reificação; é forma, não coisa, como lembra Ribeiro. Nesse cenário, ressalta, ainda, que uma análise rigorosamente foucaultiana enuncia a subjetividade, mas não a matiza. Seria necessário contar com um operador conceitual que matizasse as condições de possibilidade e de emergência da subjetividade, no horizonte da objetivação/subjetivação. E, o conceito-dobradiça de sujeito, em seu dizer, é esse operador: enuncia simultaneamente as condições de produção do discurso e os efeitos de subjetivação e, com isso, viabiliza uma analítica da subjetividade. Cria-se com ele a condição e a possibilidade de escuta de um falar de si.

Façamos, depois dessa apresentação da metáfora do sujeito-dobradiça, a duas ou, quiçá, mais vozes, a retomada de uma cena recorrente de nosso exercício profissional, a título de potencializar tal metáfora. Evoquemos um cenário de atendimento clínico, até porque a clínica é a situação menos reconhecida como instituição pela maioria dos que a fazem. Como identificar aí o lugar desse conceito de sujeito com que operamos?

Podemos pensar, pela análise institucional do discurso, que quando alguém nos procura em nosso consultório para um atendimento, instaura-se a cenografia que dispõe lugares de enunciação, na superfície mesma do dispositivo da clínica. Os assentos ocupados são apenas parte de um *ethos* que confere credibilidade e que permite reconhecer a legitimidade dos lugares de cliente e terapeuta. Ato contínuo as falas de um ou de outro são apreendidas na rede de sentidos que se constituem em torno das expectativas geradas na relação entre os que exercem esses lugares. É assim que o terapeuta ouvirá o que lhe diz o cliente/paciente como inscrita em registros imaginários ou simbólicos, como causada por fantasias relativas a angústias e posições em relação com o objeto da libido, como queixa ou demanda, conforme a escola que credite e a formação que teve; ouvirá, ainda, como manifestação de um inconsciente latente ou inscrito na ordem simbólica, como erotização da relação ou como repetição de relações outras. O cliente, por sua vez, nesse contexto, faz suposições, mais ou menos à consciência, a respeito de em que poderá ser tratado, e assim por diante.

Ora, os sentidos e afetos que nessa relação se constituem ou poderão se constituir, se remetem, inevitavelmente, à compreensão com que iniciamos a descrição da cena: lugares, expectativas, contexto, e assim por diante. Entendemos que os lugares institucionais de enunciação são produtores de sentido. Não nos

ocorreu que esse paciente/cliente tivesse, de fato, uma determinação de uma história sexual inconsciente diretamente relacionada com a sua fala. Ocorreu-nos, sim, que a escuta do terapeuta é facultada por esse lugar, e que, vezes sim e outras também, exerce essa escuta com palavras da teoria que professa. Ocorreu-nos também que a ação do paciente é calibrada pelas expectativas que uma pessoa (e aquela pessoa em particular) tem em situações semelhantes. Ocorreu-nos, portanto, que nas continuidades e descontinuidades, ali, um sujeito psíquico se matriculará nas relações institucionais do atendimento clínico.

Desse modo, as falas de si ou de seus pressupostos enunciam a subjetivação matizada pelas relações constituintes de um determinado dispositivo institucional. E a condição de pensar esta como a subjetividade instituinte e instituída na clínica psicológica ou psicanalítica foi o acionamento do conceito-dobradiça de sujeito.

Espero que, em palavras outras, as de Cintya Ribeiro, eu tenha conseguido melhor explicar porque, como sabiamente anunciou minha colega e aluna de pós, o 'sujeito psíquico não é o sujeito-dobradiça'. De fato. O sujeito psíquico é aquele que se objetiva no discurso da psicanálise (tal como o 'sujeito do inconsciente', o 'sujeito barrado', o 'sujeito do desejo', entre outros), ou de certas formas de psicologia, tal como se pôde configurar tendo como operador conceitual, nas análises desses discursos, o sujeito-dobradiça.

3. A transferência e a dimensão psicanalítica desta analítica da subjetividade.

Em 2000, publiquei um livro que discute a viabilidade de pensar a clínica psicanalítica do ponto de vista da concepção de discurso que aqui trabalhamos com Foucault e, mais especificamente, com Maingueneau. Melhor dizendo, com a concepção de discurso da análise do discurso francesa, tal como a faz Maingueneau, declaradamente pragmática, com suporte no conceito de formação discursiva de Foucault. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso – diálogos com aulas de Dominique Maingueneau* (GUIRADO, 2000) foi considerado por ele (Maingueneau) um trabalho que subverte a idéia de gênero discursivo, na medida em que trata-se de um texto acadêmico, que apresenta como diálogos, os escritos de uma autora com a finalidade de constituir um livro e aulas transcritas de um outro autor, agora na qualidade de professor. Essa curiosa subversão produz o que considero, hoje, ser uma tese específica derivada do contexto de pensar, com a análise institucional do discurso, a clínica. Uma tese, porque argumenta e, com isso, defende a possibilidade de operar com um conceito psicanalítico, repensado pelos termos de outro discurso, para com ele voltar à psicanálise e à sua modalidade instituída desde o berço das idéias de Freud. Esse conceito é o de transferência.

Acompanhemos os parágrafos que encerram o referido livro para melhor entender de que trata tal tese:

Desde o início, todo cuidado foi pouco no sentido de demarcar as diferenças entre os dois terrenos que queríamos ao final ver avizinados e, por que não?, entremeados. O rigor de pensar impõe-nos essa tarefa.

Depois, pareceu necessário definir com clareza que a clínica psicanalítica poderia se alterar e beneficiar se operasse com alguns conceitos formulados na Análise do Discurso, como os de *discurso*, *gênero discursivo* e *cenografia*. Todos eles, de certa forma, já devidamente emparelhados a uma determinada concepção de ação humana tal como organizada pelas instituições concretas.

Pode-se ter pensado, a essa altura, que a psicanálise estaria sofrendo uma espécie de descaracterização e que esta autora se distanciava dos seus parceiros de ofício, os psicanalistas, para reconhecer, fora de seu campo, o que efetivamente constituísse o trabalho analítico.

Foi exatamente aí, no entanto, que se fez o giro mais significativo. Pelo conceito de transferência, criação freudiana de porte, foi possível discutir a viabilidade das articulações entre uma determinada Análise do Discurso e uma Psicanálise, aquela das origens, da propositura original de uma clínica terapêutica. Pela análise de textos do próprio Freud, apontou-se para as condições de, sem sair da cena psicanalítica, tomá-la exatamente como uma instituição concreta, um gênero discursivo, uma cenografia, em que os parceiros, em posições desiguais, reeditam, reimprimem lugares prenhes de sentimentos que desconhecem, mas atuam suas cenas mais primitivas e significativas. Ora, não haveria como negar a legitimidade dessa clínica como psicanalítica! Afinal, tudo se assentou no dizer do criador: Freud. Dele a autorização para este ousado voo, nas asas de uma clínica assim concretamente psicanalítica.

O desafio que permanece é o de acompanhar, no cotidiano de nossas clínicas, se a proposta se sustenta. O desafio é acompanhar seus feitos e efeitos (GUIRADO, 2000, p. 129/130).

Cabe ainda ressaltar que, do mesmo modo como discutimos no caso do conceito-dobradiça de sujeito, por esse tratamento com os termos de discursos outros, diferentes do da psicanálise, a transferência passa a ser pensada na superfície mesma da trama discursiva e isso, mais uma vez, se torna possível porque trabalhamos com a idéia de lugares institucionais de enunciação e de contexto concreto para a subjetivação e a produção de sentidos. Mais para bloco mágico do que para teoria das pulsões. Mais para análise genealógica do que para hermenêutica. E os sentidos se constituem na rede mesma discursiva, no contexto concreto da interlocução muito especial da cenografia clínica.

Como não se poderia dizer melhor do que já se disse no referido livro, e como não caberia, no espaço do presente trabalho, qualquer síntese de aspecto tão importante dele, faremos seguir, praticamente na íntegra, o capítulo “Na

transferência, a reconstituição da cena psicanalítica”, em *A clínica psicanalítica na sombra do discurso* (GUIRADO, 2000, p. 106-126).

Tendo em vista que se trata de uma citação, ou melhor de uma transcrição de um capítulo de outro livro de minha autoria, será colocado entre aspas todo ele como item 3.1 deste capítulo V. Tudo, para não deixar em anexo e, sim, como parte integrante do presente trabalho, o desenvolvimento particular de nosso estudo sobre transferência, talvez, ao lado da metáfora de sujeito-dobradiça, os pontos centrais de nossa tese. Prepare-se o leitor, portanto, para acompanhá-lo até o final deste item.

3.1 Na Sombra do Discurso da Psicanálise, o conceito de transferência¹⁹

“Um conceito iminentemente clínico”

Nascido dos embates do atendimento de Freud, sobretudo às histéricas, o uso do termo transferência não levou mais que uma década para sair das intuições manifestas em cartas ao amigo Fliess para ocupar o lugar de um dos mais significativos definidores do cenário analítico. Em *Fragmentos de análise de um caso de histeria – O caso Dora* (1905), Freud, por longos parágrafos, discorre sobre os efeitos, no processo analítico daquela paciente, do fato de ele não haver percebido e, portanto, não haver assinalado à paciente, as transferências dos sentimentos pelo Senhor K e pelo pai, para ele (Freud). Parece, inclusive, penitenciar-se por haver negligenciado exatamente aqueles afetos que traçaram o triunfo das resistências de Dora ao tratamento, determinando o seu abandono.

¹⁹ Transcrição do capítulo 3, da Parte Três, do livro *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. Aspas, diminuição de espaço entre as linhas bem como manutenção do caráter inclinado para citações, são as marcas gráficas do trecho transcrito.

Vi-me obrigado a falar em transferência, pois somente através deste fator posso elucidar as peculiaridades da análise de Dora. Seu maior mérito, ou seja, a clareza inusitada que a faz parecer tão adequada como uma publicação introdutória, está intimamente ligada a seu grande defeito, que levou à sua prematura interrupção. Não me foi possível dominar a transferência a tempo. Devido à rapidez com que Dora colocou à minha disposição uma parte do material patogênico durante o tratamento, descuidei-me da precaução de procurar os primeiros sinais de transferência, que estava sendo preparada em relação a outra parte do material – parte esta que eu ignorava inteiramente. A princípio era evidente que eu substituí o pai em sua imaginação, o que era muito provável, em vista da diferença de idade entre nós. Ela me comparava constantemente a ele, de modo consciente, e estava sempre tentando ansiosamente assegurar-se de minha sinceridade para com ela, já que seu pai ‘sempre guardava segredos e fazia rodeios’. Mas quando surgiu o primeiro sonho, no qual ela mesma se aconselhava a abandonar o tratamento do mesmo modo como abandonara, outrora, a casa de Herr K., eu é que deveria ter-me prevenido contra o aviso. Deveria ter-lhe dito: ‘Ora, você fez a transferência de Herr K. para mim. Você notou alguma coisa que a faça suspeitar de más intenções semelhantes às de Herr K. de minha parte (quer abertamente, quer de alguma forma sublimada)? Ou houve algo em mim que a impressionou, ou algo que soube a meu respeito que a encantou, como aconteceu anteriormente com Herr K.?’ Sua atenção voltar-se-ia então para algum detalhe de nossas relações, ou de minha pessoa ou situação, sob a qual estava oculta alguma coisa semelhante, porém incomensuravelmente mais importante em relação a Herr K.. E, ao se esclarecer esta transferência, a análise ganharia acesso a novas lembranças, referentes, provavelmente, a acontecimentos atuais. Mas eu não atentei para este primeiro aviso, julgando ter ainda muito tempo, visto que não se haviam desenvolvido novos estágios de transferência e o material para análise ainda não se extinguiu. Desse modo, a transferência apanhou-me desprevenido e, devido ao que havia de desconhecido em mim que a fazia lembrar-se de Herr K., ela vingou-se de mim como desejara vingar-se dele, abandonando-me do mesmo modo como se sentira abandonada e enganada por ele. Assim, ela ‘atuou’ uma parte essencial de suas lembranças e fantasias em vez de reproduzi-las no tratamento. Que parte era essa, naturalmente não sei dizer. Talvez fosse alguma coisa relacionada com dinheiro, ou ao ciúme de outra paciente que se conservara amiga de família após sua cura. Quando é possível inserir transferências na análise em um estágio inicial, o andamento da análise se torna retardado e obscuro, mas sua existência é melhor assegurada contra resistências repentinas e esmagadoras (p. 115/116).

Não foi casual a escolha deste parágrafo para comprovar o que anteriormente se afirmava sobre o berço e a importância que rapidamente este conceito de transferência passa a adquirir para o conjunto das idéias e da proposta psicanalíticas. Nele, deparamo-nos também com o modo de pensar de Freud a respeito do inconsciente, da vida psíquica, da repressão, da resistência, do desejo, da sexualidade, da histeria, das psiconeuroses, da interpretação, do método psicanalítico de tratamento. Um parágrafo que funciona como uma

fotografia. Toda a cena psicanalítica, nas palavras de seu criador. Pouco mais poderíamos desejar saber sobre ela, a não ser explicitações 'mais didáticas' das ancoragens teóricas. No entanto, tudo está, literalmente, aí. É só ler com atenção e... uma dose de boa vontade. E não são raros, nos textos de Freud, estas espetaculares ocasiões de ler sua teoria num parágrafo em que comente uma situação concreta. Aproveitemos portanto, para as nossas finalidades que temos no momento, mais esta oportunidade. Vamos ler, neste extrato, o que ele pensa sobre transferência, como a propõe para a psicanálise e para os psicanalistas.

Destaco aqueles que me parecem os organizadores das idéias a respeito da transferência: (a) fator de controvertida, mas decisiva, interferência na análise; (b) caso se anuncie 'prematuramente' pode obscurecer o processo, mas é também a ocasião para que se lute com segurança contra as resistências; (c) o analista 'deve' estar atentamente voltado para as manifestações transferenciais, ou, corre-se o risco de interrupção do processo; (d) o analista precisa (e, portanto, *pode*) 'dominar' a transferência do paciente e fazê-lo no 'tempo certo', ou melhor, em 'tempo hábil'; (e) mas ele pode (e *não deveria*) descuidar-se de procurar os sinais de transferência, sendo que isto acontece por razões que lhe são também desconhecidas (o que em outro momento Freud denominou de 'pontos cegos do analista'); (f) sentimentos é que são transferidos de pessoas significativas numa história mais ou menos atual para o analista; (g) o manejo da situação, o analista o faz, de modo direto, apresentando as possíveis comparações que estão na imaginação/fantasia, em geral inconsciente, do paciente; (h) a suposição é que assim se move a atenção deste para as lembranças que devem estar em jogo; (i) essas lembranças, se não se repetirem na relação com o analista tendem a ser 'atuadas', ou seja, tendem a dar ganho de causa à resistência.

O mais interessante disso tudo é que, sem o dizer, Freud mostra que são *cenas* que se movimentam na lembrança, que atravessam o tempo e não respeitam as fronteiras das diferenças entre lugares, personagens e momentos. Por ora fiquemos com esta ressalva, que mais tarde a ela voltaremos.

Um pouco antes do parágrafo citado, no mesmo texto, nosso autor comenta que, durante a análise,

(...) os poderes criadores da neurose (...) empenham-se na criação de uma classe especial de estruturas mentais, em sua maior parte inconscientes, às quais podemos chamar de transferências (p. 113).

E define:

Que são transferências? São novas edições ou 'fac-símiles' dos impulsos e fantasias que são criados e se tornam conscientes durante o andamento da análise; possuem, entretanto esta particularidade que é característica de sua espécie: substituem uma figura anterior pela figura do médico (p. 113).

Outros textos de Freud trazem referências ora mais ora menos conceituais à transferência. Vejamos *A dinâmica da transferência*, de 1912:

(...) cada indivíduo, através da ação combinada de sua disposição inata e das influências sofridas durante os primeiros anos, conseguiu um método específico próprio de conduzir-se na vida erótica – isto é, nas precondições para enamorar-se que estabelece, nos instintos que satisfaz e nos objetivos que determina a si mesmo no decurso daquela. (...) como um clichê estereotípico (ou diversos deles), constantemente repetido -reimpresso- no decorrer da vida da pessoa, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam, (...). Se a necessidade que alguém tem de amar não é inteiramente satisfeita pela realidade, ele está fadado a aproximar-se de cada nova pessoa que vá ao encontro de idéias libidinais antecipadas (...) (p. 133/134).

Mais adiante, no mesmo texto:

A libido (inteiramente ou em parte) entrou num curso regressivo e reviveu as imagos infantis do indivíduo (p. 136).

(...)

Reiteradamente, quando nos aproximamos de um complexo patogênico, a parte desse complexo capaz de transferência é empurrada em primeiro lugar para a consciência e defendida com a maior obstinação (p. 138).

(...)

Quanto mais um tratamento analítico demora e mais claramente o paciente se dá conta de que as deformações do material patogênico não podem, por si próprias, oferecer qualquer proteção contra a sua revelação, mais sistematicamente ele faz uso de um tipo de deformação que obviamente lhe concede as maiores vantagens – a deformação mediante a transferência. Essas circunstâncias tendem para uma situação na qual, finalmente, todo conflito tem que combatido na esfera da transferência (p. 139).

(...)

Temos (...) de distinguir uma transferência 'positiva' de uma 'negativa', a transferência de sentimentos afetuosos da dos hostis (...). E assim somos levados à descoberta de que todas as relações emocionais de simpatia, amizade, confiança e similares (...) acham-se geneticamente vinculadas à sexualidade e se desenvolveram a partir de desejos puramente sexuais, através da suavização de seu objetivo sexual, por mais puros e não sensuais que possam parecer à nossa autopercepção consciente (p. 140).

(...)

Nas formas curáveis de psicose, a transferência negativa é encontrada lado a lado com a transferência afetiva, amiúde dirigidas simultaneamente para a mesma pessoa (p. 141).

Os extratos acima dispensam comentários como os que fizemos para o texto sobre Dora. Pelo menos, tendo em vista nossos objetivos no momento. Eles (os extratos) acentuam uma ou outra das idéias que havíamos destacado, na medida em que o autor se dispunha a melhor caracterizar este que acabou sendo, ao lado de *inconsciente*, *representante psíquico*, *sexualidade*, *linguagem* e *interpretação*, um dos termos fundamentais a definir a própria psicanálise: *transferência*.

Sequer, altera-se a notificação que fizemos a respeito do arranjo dos sentimentos, personagens e falas, numa cena que é lembrada como repetição, reimpressão. Chamamos a atenção do leitor, mais uma vez, para esta possibilidade aberta nas palavras de Freud. Ela nos será preciosa, quando procurarmos recolocar a transferência no cenário psicanalítico, em interface com a Análise de Discurso. Por enquanto, vale a *chamada*. Voltemos para as *Obras Completas*, à busca de novos elementos definidores.

Num trançado discreto, transferência e interpretação são trabalhadas conjuntamente, em várias ocasiões, por Freud. Os escritos técnicos de 1912 a 1915 são a prova disto. Mais tarde, já na década de '30, outra leva de escritos, aí sobre as construções interpretativas do analista, ou sobre a análise como forma de tratamento e a permanência de seus efeitos, retoma a discussão, muito embora, enfatizando ou diretamente a questão da interpretação ou a eficácia da psicanálise. De qualquer forma, estamos em pleno reinado das propostas e das avaliações de processo, da clínica psicanalítica como atendimento aos problemas psíquicos, às psicoses que inegavelmente constituem o alvo desta psicanálise freudiana, em primeiríssima instância. O autoconhecimento, tão difundido entre nós, é o *como se* podem favorecer saídas para as situações de conflito psicológico. E se assim for, conta (e muito!) tudo o que diz respeito às repetições transferenciais.

É interessante notar como o assunto aparece nas diversas ocasiões que mencionamos. Pode-se dizer que a transferência compõe de diferentes formas o discurso freudiano, conforme trate-a em primeiro plano como é o caso de *A dinâmica da transferência* (1912) e *Observações sobre o amor transferencial* (1915), ou trate-a da perspectiva do método psicanalítico de tratamento das neuroses, como é o caso de *Recordar, repetir, elaborar* (1914), *Sobre o início do tratamento* (1913), *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), *Análise Terminável e interminável* (1937), *Construções em análise* (1937) e *Esboço de psicanálise* (1938). No primeiro caso, parece dedicar-se a descrever movimentos de aproximação e recuo da consciência em relação um núcleo patogênico, por definição, inconsciente. Estamos diante de um Freud que explica mecanismos psíquicos, como que decalcando as habilidades de um indivíduo, de um corpo, para atacar ou fugir. Um Freud que explica, com esta encenação antropomórfica, mecanismos intrapsíquicos, acionados na relação com o médico, sobretudo. No segundo caso, a transferência é considerada como um forte potencializador da interpretação ou, quando não identificada pelo analista, é vista como a mais habilidosa forma de resistência que pode conduzir à interrupção do tratamento. Em textos com esse perfil, Freud, entre muitas outras coisas, discute a transferência como condição de possibilidade da análise e, ao mesmo tempo e ato, um fator que tende a anulá-la ou a levar-nos a pensar em sua ineficácia no que diz respeito à cura, uma vez que parecem se intensificar, via transferência, todas as marcas de uma neurose de um paciente durante a psicoterapia.

Digno de nota nos escritos sobre a transferência (e isto acontece sobretudo naqueles relativos ao método psicanalítico), é o fato de Freud discuti-la em meio a um *texto* de caráter *normativo*, sobre *como deve proceder* o analista se a paciente se apaixonar por ele. Temos aqui alguns destaques a fazer.

A primeira questão que intriga é que nesses textos temos invariavelmente *uma mulher*, no divã. É ela que se apaixona ou que, por frustração de suas investidas amorosas, hostiliza, vinga-se, resiste à cura. Na cadeira de analista, temos um homem, um médico como, também invariavelmente, refere-se Freud ao lugar que ele ocupa em cena. E é ele – Freud, o médico, o analista- quem deve se conduzir no fio da navalha de atender sem nunca de fato atender aos apelos eróticos repetidos naquela relação, onde a paciente se vê (sem de fato se ver) muito perto de estímulos que lembram (sem de fato lembrar) a situação onde houve frustração significativa em sua história.

A segunda questão intrigante é o fato de serem estes os textos definitivamente éticos do criador da psicanálise. Não que este tema não apareça em outras ocasiões, mas o *Recomendações...* e o *Sobre o início do tratamento* podem ser considerados organizadores

formais dessa instituição que então nascia. Normatizadores da conduta do *profissional*, como se refere Freud aos seus colegas/discípulos, nos idos de 1912. A psicanálise mostra sua face como instituição concreta e o psicanalista veste o hábito de profissional. Afinal, quem cria dá as vias! Os escritos de natureza técnica, parece, estão aí para isso. Tudo como se poderia supor e esperar... No entanto, o que não pode passar despercebido é que o conceito de transferência está sendo desenvolvido, de modo expresso, exatamente nesses textos. Nesse quadro, nesse contexto. Por acaso? Claro que não! Por problemas de Freud que teria dificuldade de resistir aos apelos de suas pacientes e então inventa se instrumenta da teoria e estende as regras aos seus seguidores? Claro que não dá para afirmar isto! O que dá para pensar é que *há algo no conceito que só se desenha por, para e com os traços e as cores de um discurso normativo*, em condições particularmente embaraçosas que envolvem o analista. Dá para pensar que estão intimamente ligados os termos definidores da transferência e os da ética de conduta do analista.

E é assim que nosso Freud pode se enredar nas malhas de suas idéias e proposições: a sexualidade, berço e alvo das peripécias das pacientes, por efeito transferencial, atinge o analista, que precisa estabelecer limites à conduta. No discurso da sexualidade, constitui-se, inelutavelmente, o da transferência e seu desdobramento ético. E, de quebra, decalca-se o lugar do analista.

Interpretações nossas à parte, o que de fato interessa é que *o teor normativo traz à cena, expressamente, o analista-Freud*. Por remissão e implicação lógica, *o que tornou isto possível, foi a transferência*, ou melhor, o intento de Freud de entender/explicar algo que ele mesmo identificou e considerou fundamental nos atendimentos que fazia.

Que o leitor me siga em alguns outros extratos para que se possa dar apoio a tais afirmações. Dois textos serão diretamente trabalhados, por seu caráter exemplar no tratamento da questão em foco: *Recordar, repetir e elaborar* (1914) e *Observações sobre o amor transferencial* (1915).

O primeiro, traz a transferência pensada como uma *espécie* de recordação, uma vez que o paciente propriamente não recorda a situação inconsciente instituinte, geradora, do conflito psíquico, e sim, de certa forma *atua-a* numa repetição, em que o médico é colocado na posição de alguém que foi significativo no passado; esta *impensada lembrança* é ao mesmo tempo, de um lado, a condição de elaboração do conflito, quando pode ser devidamente elucidada a relação deste presente com o passado e, de outro, a condição de fomento da resistência, quando desta relação não se pode ter conhecimento, ou seja, quando ela não se pode tornar consciente.

Em *Observações sobre o amor...*, a transferência está em primeiro plano, sendo pensada na fronteira quase indefinível entre o caráter técnico e o caráter moral das palavras de Freud. Como se verá, diferente do *Recordar...*, aqui, a paciente é invariavelmente uma mulher que se diz amando seu médico, acarretando-lhe (ao médico) toda sorte de conflitos, desta vez éticos; estando o que pode haver de psicológico apenas sugerido ou mencionado como uma genérica contratransferência. Em verdade, uma *saía justa* dentro da qual nosso autor -homem, médico e psicanalista- revolve as mais retorcidas considerações e ponderações teóricas, até afirmar que a ética pode vencer a erotização. Com a melhor das intenções, é claro. E, sem se dar conta, ao que indicam todos os parágrafos e raciocínios, do lugar feminino do paciente contracenando com o masculino do analista, exatamente quando o assunto é amor e transferência; sem se dar conta de como o salseiro é assim armado, urgindo o estabelecimento de normas; sem se dar conta, por fim, de que é pela discussão da transferência na relação assim analítica, que o analista se vê com um assento, em pleno palco, com direito a falas pautadas por um texto de recomendações para que se *mantenha nos trilhos*, previamente também eles assentados. Com a melhor das intenções, ainda, o texto revela/esconde, *em ato*, que o analista tem a mesma natureza psíquica que ele concebe para o paciente. Mas ninguém é efetivamente perfeito... Não daria para dizer alguma coisa e ao mesmo tempo ter a exata consciência do que se mostra enquanto se diz; sobretudo quando se trata de temáticas tão acaloradas ou, como o próprio Freud diria, tão sensuais.

Estes nossos comentários, como afirmei antes, *recortam* o texto de Freud, e com isso, *recontam-no*. Creio que sem descaracterizá-lo. Mesmo assim, ficam as indicações para uma leitura do conjunto, onde este e outros recortes paralelos poderiam ser feitos. Igualmente, os textos, aqui indicados sobre o assunto e que não foram trabalhados no momento, merecem ser consultados. Garantimos que mantêm o teor e a textura dos escolhidos para exame. Mais que isto, convidam ao trabalho de análise que nos dispusemos fazer em parceria com quem ora se dedica a acompanhar-nos.

Novamente, com o leitor, as palavras de Freud, para que se possa testar a justeza dessas nossas observações.

Em *Recordar, repetir e elaborar* (1914):

Finalmente, desenvolveu-se a técnica sistemática hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou um problema específicos. Contenta-se em estudar tudo o que se ache presente, de momento, na superfície da mente do paciente e emprega a arte da

interpretação principalmente para identificar as resistências que lá aparecem e torná-las conscientes ao paciente (p. 193).

(...)

(...) o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou 'atua-o'. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo. Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira com o médico (p. 196).

(...)

Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (repetição) substituirá o recordar (p. 197).

(...)

(...) o que é que ele repete ou atua? (...) tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. (...) todos os seus sintomas (...). (...) devemos tratar sua doença não como um acontecimento passado, mas como uma força presente (p. 198).

(...)

A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real (p. 201).

(...)

Só quando a resistência está em seu auge é que pode o analista, trabalhando em comum com o paciente, descobrir os impulsos instituais reprimidos que estão alimentando a resistência (p. 201).

(...)

A elaboração das resistências (...) trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente (p. 202).

Passemos ao Observações sobre o amor transferencial (1915).

O que tenho em mente é o caso em que uma paciente demonstra, mediante indicações inequívocas, ou declara abertamente, que se enamorou, como qualquer outra mulher mortal poderia fazê-lo, do médico que a está analisando (p. 208).

(...)

Para um leigo (...) são possíveis apenas dois desfechos. Um (...) é (...) uma união legal entre eles; o outro é que médico e paciente se separem e abandonem o tratamento que iniciaram (...). Há um terceiro desfecho concebível, que até mesmo parece compatível com a continuação do tratamento. É que eles iniciem um relacionamento amoroso ilícito e que não

se destina a durar para sempre. Mas esse caminho é impossível por causa da moralidade convencional e dos padrões profissionais (p. 209).

(...)

Para o médico, o fenômeno significa um esclarecimento valioso e uma advertência útil contra qualquer tendência a uma contratransferência que pode estar presente em sua própria mente. Ele deve reconhecer que o enamoramento da paciente é induzido pela situação analítica e não deve ser atribuído aos encantos da própria pessoa; de maneira que não tem nenhum motivo para orgulhar-se de tal conquista, como seria chamada fora da análise. E é sempre bom lembrar-se disto. Para a paciente, contudo, há duas alternativas: abandonar o tratamento psicanalítico ou aceitar enamorar-se de seu médico como destino inelutável (p. 210/211).

(...)

Chegou ao meu conhecimento que alguns médicos que praticam a análise preparam suas pacientes para o surgimento da transferência erótica ou até mesmo as instam a 'ir em frente e enamorar-se do médico, de modo a que o tratamento possa progredir'. Dificilmente posso imaginar procedimento mais insensato. Assim procedendo, o analista priva o fenômeno do elemento de espontaneidade que é tão convincente e cria para si próprio, no futuro, obstáculos difíceis de superar (p. 211).

(...)

(...) motivos que complicam ainda mais as coisas – dos quais alguns se acham vinculados ao enamoramento e outros são expressões específicas da resistência. Do primeiro tipo são os esforços da paciente em certificar-se de sua irresistibilidade, em destruir a autoridade do médico rebaixando-o ao nível de amante e em conquistar todas as vantagens prometidas que são incidentais à satisfação do amor. Com referência à resistência, podemos suspeitar que, ocasionalmente, ela faz uso de uma declaração de amor da paciente como meio de colocar à prova a severidade do analista, de maneira que, se ele mostrar sinais de complacência, pode esperar ser chamado à ordem por isso (p. 212).

(...)

Mas como deve o analista comportar-se, a fim de não fracassar nesta situação (...) e (...) enfrentá-la com calma?

Ser-me-ia fácil enfatizar os padrões universalmente aceitos de moralidade (...). Não atenderei, contudo, a estas expectativas (...). Encontro-me, nesta ocasião, na feliz posição de poder substituir o impedimento moral por considerações da técnica analítica, sem qualquer alteração no resultado (p. 213).

(...)

O caminho que o analista deve seguir (...) é um caminho para o qual não existe modelo na vida real. Ele tem que tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para o paciente; mas deve, de modo igualmente resolutivo, recusar-lhe qualquer retribuição.

Deve manter um firme domínio do amor transferencial, (...) e remontar às suas origens e que pode ajudar a trazer tudo que se acha muito profundamente oculto na vida erótica da paciente para sua consciência e, portanto, para debaixo de seu controle. Quanto mais claramente o analista permite que se perceba que ele está à prova de qualquer tentação, mais prontamente poderá extrair da situação, seu conteúdo analítico (p. 216).

(...) Existe uma classe de mulheres com quem esta tentativa de preservar a transferência erótica para fins do trabalho analítico, sem satisfazê-la, não logrará êxito. Trata-se de mulheres de paixões poderosas, que não toleram substitutos. São filhas da natureza que se recusam a aceitar o psíquico no lugar do material (p. 217).

(...)

O trabalho visa, então, a desvendar a escolha objetal infantil da paciente e as fantasias tecidas ao redor dela (p. 119).

(...)

A disposição da paciente não faz diferença; simplesmente lança toda a responsabilidade sobre o próprio analista. (...). É-lhe, portanto, evidente que não deve tirar qualquer vantagem pessoal disso (p. 219).

(...)

Para o médico, motivos éticos unem-se aos técnicos para impedi-lo de dar à paciente seu amor. O objetivo que tem que manter à vista é que essa mulher, cuja capacidade de amor fica prejudicada por fixações infantis, deve adquirir pleno controle de uma função que lhe é de tão inestimável importância. (...). Não quero dizer que é sempre fácil ao médico manter-se dentro dos limites prescritos pela ética e pela técnica (p. 219).

(...) Por outro lado, quando uma mulher solicita amor, rejeitá-la e recusá-la constitui papel penoso para um homem desempenhar; e, apesar da neurose e da resistência, existe um fascínio incomparável numa mulher de elevados princípios que confessa sua paixão. (...). São talvez os desejos de mulher mais sutis e inibidos em seu propósito que trazem consigo o perigo de fazer um homem esquecer sua técnica e sua missão médica no interesse de uma bela experiência (p. 220).

(...)

O psicoterapeuta analítico tem assim uma batalha tríplice a travar – em sua própria mente, contra as forças que procuram arrastá-lo para baixo do nível analítico; fora da análise, contra opositores que discutem a importância que ele dá às forças instintuais sexuais e impedem-no de fazer uso delas em sua técnica científica; e, dentro da análise, contra as pacientes, que a princípio comportam-se como opositores, mas, posteriormente, revelam a supervalorização da vida sexual que as dominam e tentam torná-lo cativo de sua paixão socialmente indomada (p. 220).

(...)

O psicanalista sabe que está trabalhando com forças altamente explosivas e que precisa avançar com tanta cautela e escrúpulo quanto um químico (p. 221).

*

Então? Não é uma verdadeira delícia seguir o curso, nem tão livre mas absolutamente franco, das idéias deste homem-profissional, no exercício de seu ofício, buscando e produzindo, a olhos vistos, coerência entre a teoria que inventa e as relações concretas em que se vê envolvido? Afinal, estas últimas não podem, sob qualquer hipótese consciente, trair as primeiras. Mas, como não poderia deixar de ser, não creio que tivesse consciência exata de todo esse quadro que diz respeito ao gênero e à sexualidade, ao discurso de época e de muitas épocas, que tecia latinamente suas palavras. Não se poupou, no entanto de dizê-las e, com isso, abriu-nos um campo discursivo como qualquer outro, regulado, exclusivo, definidor de verdades insuspeitas, positivamente na ordem de seu, de nosso, tempo.

O que se abre com este campo é a possibilidade de se criarem e recriarem outras possibilidades de pensar. Por certo, novos pontos cegos se configurarão, mas tal ameaça também não nos impedirá de continuar pensando.

“Transferência, cena, marcação de lugares”²⁰

A partir de agora, discutiremos, *de outra perspectiva*, o conceito de transferência, buscando um ponto possível para trabalhá-lo, na fronteira entre essa psicanálise e a Análise do Discurso que nos apresenta Dominique Maingueneau. Mãos à obra!

Dentre as poucas definições diretas que Freud apresenta para o termo transferência, encontramos:

(...) uma classe especial de estruturas mentais, em sua maior parte inconscientes (...).

São novas edições, ou ‘fac-símiles’, dos impulsos e fantasias que são criados e se tornam conscientes durante o andamento da análise; possuem,

²⁰ Ainda transcrição do referido texto.

entretanto, esta particularidade, que é característica de sua espécie: substituem uma figura anterior pela figura do médico (p. 113).

Só alguns anos mais tarde, Freud estende, expressamente no plano conceitual, a ocorrência da transferência para outras relações que não as analíticas; sem deixar de enfatizar, no entanto, a especialidade destas últimas.

(...) um método específico e próprio de conduzir-se na vida erótica (...) como um clichê estereotípico (ou diversos deles) constantemente repetido – reimpresso- no decorrer da vida da pessoa, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam (p. 133).

Se repetimos agora dois extratos, já citados em páginas anteriores, é para que se possa tê-los à mão, pontualmente, quando chega a hora de ficar com o que parecem ser o sumo de definições.

O que estas definições positivam a respeito da transferência?

1. Que a transferência é um conjunto de *estruturas mentais*
2. Que são essas estruturas mentais que *se repetem*.
3. Que elas são *impulsos e fantasias*.
4. Que são um modo de condução da *vida erótica*.
5. Que se *atualizam* quando há *circunstâncias externas* favoráveis.
6. Que as circunstâncias externas favoráveis são aquelas que re-apresentam *objetos amorosos*
7. Que estes objetos amorosos, atuais e circunstancialmente favoráveis, prestam-se a *substituir* uma *figura anterior* significativa para a pessoa.
8. Que tudo isto é *inconsciente*.

Em tese, está aí aquilo de que precisamos para trazer o termo transferência para a fronteira conceitual em que estamos trabalhando.

Estão aí, que se diga inclusive, as condições para operar com este conceito de outra forma na clínica, bem como para migrar com ele para além da clínica, pensando, também, outras instituições concretas, na interface da psicanálise com a AD.

Ou seja, o termo ganha, cuidadosamente, o movimento necessário para que seja um organizador em outra estratégia de pensamento. Em nosso caso, aquela que trabalha analiticamente com um determinado modo de entender o discurso na clínica psicanalítica, por sua vez entendida como instituição: a cenografia é o nível em que se põe a análise.

Cabe, no entanto, proceder a algumas delimitações, a uma espécie de limpeza de terreno, de demarcação de contornos para que se tenha essa liberdade de pensar, com a transferência, uma diversidade de situações. Se tudo está, em tese, no dito de Freud, há desdobramentos que terão de ser reorientados, para dar conta de outro contexto conceitual. Sempre, reafirmando que ninguém está se propondo a derrubar castelos de carta. São rearranjos pontuais, que deslocam o pensamento para um outro campo. Se pontuais, mais visam a reacomodar a psicanálise permanecendo nela do que deixá-la de lado. Como tantas, uma releitura da psicanálise. Pretensões à parte (e elas, claro, sempre existem!), o que nos diferencia no momento é o fato de afirmar que até certo ponto, não é mais Freud. É freudiano, mas não mais Freud. É psicanalítico, mas modificado.

Pois bem. Com esses apartes em ação, vamos aos cortes e recortes, na expectativa de convencer o leitor que depois de recosturado, o tecido permanecerá psicanalítico.

*

O que fica da definição de Freud é a idéia de que uma *cena se reedita*. E é aqui que reconhecemos o que permite deslizar para a noção de instituição e de cena enunciativa ou melhor, de cenografia. A *cena* diz da possibilidade de um acerto básico em que os parceiros se identificam e identificam o outro com uma certa estabilidade de posições. Como diz Dominique, ao colocar a cenografia como o nível mais imediato da relação de enunciação ou do gênero discursivo, os parceiros se tranquilizam quando se estabelecem expectativas de ação/reação por parte de um e do outro.

Freud a pensa ao seu modo: como o que pode trazer alguma satisfação, na medida em que faz a substituição e com a repetição realiza em algum grau o desejo investido nas figuras parentais significativas. A erotização, isto é, o impulso, ainda que indiretamente, alcança suas finalidades.

Como dissemos antes, no entanto, a noção de impulso/pulsão é de pouca valia clínica, tanto para 'entender' o que nos diz o paciente como para interpretar. Dito de outra forma, é de pouca valia para levantar e/ou proferir hipóteses interpretativas. Também nessa linha, situa-se a informação que nos dá a psicanálise, segundo a qual estariam os pacientes, transferindo para o analista sentimentos dirigidos primariamente para as figuras parentais. Estou certa de que os colegas psicanalistas já testaram o ruidoso fracasso de interpretações

que ‘mostrem’ ao paciente que se comporta como gostaria de ter se comportado ou como efetivamente se comportou (e no ato, reprimiu) com o pai, com a mãe ou equivalentes, na infância. Se essas informações ‘teóricas’ têm algum valor, é para ‘consumo interno”, ou seja, é para construir uma hipótese interpretativa que não será proferida. E, com certeza já tem força demais, assim permanecendo muda, sobretudo quando o analista aposta nela ‘suas fichas’, mesmo que em silêncio. Sim, porque ela passa a dirigir a escuta analítica.

Alguém poderia perguntar sobre questões de profundidade: não seria muito superficial ficar atento a posições na enunciação? A resposta é, definitivamente, não! É surpreendente o efeito de atentar para a rede de responsabilidades sobre o que se fala, para o lugar que se coloca aquele que nos fala, o lugar em que nos coloca, o lugar que assumimos, o modo como nos posicionamos, o que elegemos como o sentido do que se fala e assim por diante. Que se tente e se verá o tamanho do desafio.

Ora, no plano da cenografia, concretamente, evidenciam-se movimentos de subversão de papéis e expectativas. E, isto com a inconsciência reconhecedora de legitimidade de se falar a partir daquele lugar e não qualquer outro. Evidenciam-se da mesma forma movimentos de repetição confirmadora, de ataque, de fuga, não importa, propriamente a qualidade e, sim, que se faz subverter, confirmar, atacar ou fugir. Importa que é assim, por exemplo, que uma relação terapêutica, por suposto, põe o analista como analista, mas o paciente pode vivê-la como relação fraterna, paterna, amistosa ou hostil. O analista, por sua vez, reconstitui a cena analítica ao sabor de suas repetições: pode vivê-la como mais ou menos ortodoxo, correspondendo mais ou menos ao *ethos de psicanalista*; pode ainda assumir um papel consignado para uma relação amistosa, doutoral, fria ou calorosa. O fato é que realmente o salseiro das relações concretas se instaura. É o jogo transferencial. É a tessitura concreta do e no quadro, na cena genérica das terapias. É o terreno disposto à análise.

Em vias de finalizar, alguns ‘ses’ (condicionais).

...Se nos ativermos à idéia de que algo se repete e que nessa repetição, ao mesmo tempo, estabiliza-se e estranha-se, ou seja, legitima-se um certo modo de ser e de fazer, mas ao mesmo tempo força as fronteiras e as regras para subvertê-las, sendo e fazendo de forma até certo ponto diferente...

...Se nos ativermos à idéia de que o que irrita a estabilidade da instituição clínica é o modo como cada parceiro do jogo carrega, para a cena que então se reconstitui, seus modos singulares de se relacionar e de se posicionar, construídos vida adentro...

...Se nos ativermos à idéia que expectativas se recriam e criam, numa luta constante para que as coisas funcionem *comme il fault*: um analista e seu paciente fazendo acontecer uma análise que atenda a interesses e finalidades de ambos...

...Se nos ativermos à idéia de que não nos damos conta, quando em cena, desses reguladores do discurso...

...Se nos ativermos à idéia de que os sentidos possíveis para o que se fala em sessão, só se configuram paradoxalmente pelo exercício da singularidade no que é genérico...

...Se, tudo isto...

Concluimos que, mesmo prescindindo das origens pulsionais, das finalidades de satisfação erótica, das *imagos* infantis e das catexias de objetos amorosos, podemos operar no contexto da clínica com esta providencial criação freudiana: o conceito de transferência. Neste recorte que dele fazemos, está a condição de, num mesmo golpe, lidar com a singularidade psíquica, tomando-a como a subjetividade que a instituição psicanalítica e o gênero clínico tecem. É por ele que damos conta de tratar, sem dicotomias, a clínica em sua especificidade institucional.

E como tal, a clínica, na sombra dos movimentos do discurso, como cena enunciativa, pela transferência, se pode dizer psicanalítica.”²¹

4. Da interpretação à análise ou Dos modos de produção de sentidos

Julgamos ter podido fazer uma das demonstrações teóricas mais significativas para esta Tese de Livre-Docência com este texto que, apesar de escrito ainda em 2000 e compondo outro livro, é, já, a possibilidade de fazer a clínica psicanalítica como Análise Institucional do Discurso.

²¹ Final da transcrição do capítulo 3, da Parte Três, do livro *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*, de minha autoria.

Havíamos encaminhado o item anterior, na expectativa de demonstrar a viabilidade de trabalhar com o conceito de transferência da psicanálise, já na perspectiva de uma análise de discurso, “mais para bloco mágico do que para a metapsicologia”, ou seja, na superfície discursiva, no modo de organização da fala, instrumentando a metáfora do sujeito-dobradiça. Cremos ter podido argumentar em favor dessa possibilidade concreta nesse item 3.1.

Ao fazer as argumentações de assim proceder à análise do discurso à luz da transferência, instituindo a especificidade da cena psicanalítica, pudemos perceber que se exige uma compreensão também muito particular da interpretação, habitualmente reconhecida como o fazer do analista. De tal forma que tem sido ela (ou melhor, o modo como é feita) que melhor tem contribuído para definir o contorno desse lugar.

O ato de interpretar, por sua vez, porta as marcas do discurso da psicanálise como instituição, ou como gênero de discurso, aproximando do dizer de Maingueneau. É um de seus mais eficazes instituintes. É o procedimento que aciona, ao mesmo instante e movimento, expectativas, conceitos, pressupostos e certezas mais ou menos encobertos e sugestivos da verdade sobre o que diz aquele que se põe em análise. E isso com a naturalidade e a legitimidade de qualquer dispositivo discursivo-institucional.

É à interpretação que dedicaremos a discussão atual. Em verdade e no alvo, buscaremos diferenciar dois termos que, com razoável freqüência, são tratados como sinônimos, no interior das práticas clínicas e das comunidades psicanalíticas: interpretação e análise. Faremos isso com apoio, inclusive, na distância entre pragmática e hermenêutica. Ainda que, como veremos, tais distâncias se meçam

nos bastidores, nas oposições e confrontos da filosofia (a exemplo, filosofia analítica e fenomenologia).

Para começar, entretanto, seguiremos o caminho já trilhado para o termo *transferência*: acompanhar em Freud, como ele interpreta; acompanhá-lo em textos em que nos conta seus célebres atendimentos, com a finalidade de, neles, pontuar o que caracteriza a hermenêutica freudiana e o que a diferencia da análise pragmática. Se escolhermos os casos clínicos, em princípio, isto se deve ao fato de serem estes os *corpora* onde mais apropriadamente se instrumentará já a estratégia da análise institucional do discurso. Em nosso socorro e apenas para selar o que tiver, porventura, se dispersado no meio do caminho, trabalharemos com um texto teórico, *Construções em Análise* (FREUD, 1937/1976).

Ainda no caminho de marcar as diferenças em relação à análise, apresentaremos o modo como Foucault situa Freud, ao lado de Marx e Nietzsche, no campo da hermenêutica (FOUCAULT, 1967). Só, então, será possível apontar para o horizonte inaugurado pela filosofia analítica da linguagem e, nele, retomar o sentido do que já se abordou aqui a respeito da pragmática, a que atrelamos o exercício da análise.

4.1 Entre ratos e lobos, Dora e Freud

Acompanhemos ainda que brevemente, para cada texto, como Freud interpreta em seus historiais clínicos e, depois, como teoriza sobre a contribuição do

analista à psicanálise de seu cliente, no texto de 1937, *Construções em Análise* (FREUD, 1937/1976).

Que o leitor atente para o lugar que Freud dá às suposições advindas da teoria, *com ela* antecipando ou atribuindo *sentidos*, quase invariavelmente alçados *como ecos ou repetições de relações significativas do passado*, para falar da *transferência* com o analista. Em outro tempo e lugar, portanto, buscam-se os motivos do que hoje sofre ou de como hoje vive o paciente. O contexto atual é apenas um disparador imediato, na qualidade de uma cena que move repetições que, por sua vez, facilitam recordações se o analista por ventura apostar em seu valor de carrear ou de redesenhar o passado no presente. Podemos dizer que o motivo tem a profundidade e a temporalidade do inconsciente. E o inconsciente, no caso, tem a tessitura que o discurso da psicanálise lhe confere. Disso, de certo modo, já sabemos.

É interessante, no entanto, notar como Freud vai modelando sua psicanálise, em atendimentos exemplares, ao longo de sua obra. Ao ponto de pensarmos sempre ao mesmo tempo, a neurose histérica e o apelo imediato à sexualidade no caso das reminiscências de Dora, bem como a relação com a bissexualidade. (FREUD, 1901/1976). Do mesmo modo, não há como separar a compulsão à repetição e a neurose obsessiva do sofrimento e das manobras do Homem dos Ratos (FREUD, 1909/1976). Já, a angústia de castração, com desfechos ora mais e ora menos saudáveis, torna-se indissociável da compreensão que podemos ter do Pequeno Hans e do Homem dos Lobos (FREUD, 1918/1976). Inegavelmente, as interpretações feitas e o modo de construí-las são o mote clínico, ou uma espécie de oficina de idéias para que isso aconteça; para que se estabeleça, numa arriscada coerência e num invejável equilíbrio, tal legitimidade e naturalidade do saber

psicanalítico, para os que exercem o ofício e para os que o demandam. Prossigamos com nossas pontuações aos escritos clínicos de Freud.

Em *Fragmentos da análise de um caso de histeria* (FREUD, 1905/1976), é comum o leitor deparar com situações em que as interpretações de Freud fazem de pequenas bolsas e caixas, os órgãos sexuais femininos e, de movimentos de abrir e fechar, movimentos masturbatórios. As transposições diretas de sentidos, analogias calcadas nas semelhanças de formas, são às vezes comunicadas à paciente com a certeza de ter flagrado a própria atividade auto-erótica. Outras vezes, servem de hipóteses tecidas com base nos conhecimentos que o médico-analista construía sobre o inconsciente e a sexualidade, ou sobre aqueles que ele está em vias de demonstrar; como por exemplo, a bissexualidade constitutiva da histeria e que, no caso de Dora, se denunciava pelo amor à Sra. K encoberto na trama amorosa em torno do Sr. K.

Se essas ocasiões de demonstração (para quem?; para ele próprio?; para Dora?; para seu leitor?), porém, são aquelas em que mais o analista parece se apressar em mostrar a correção de suas idéias e em que a paciente insiste em se esquivar de oferecer confirmações diretas, são também as ocasiões em que, paradoxalmente, se pode acompanhar a escuta freudiana em suas sutilezas. Sutilezas essas nem sempre esclarecidas ao interlocutor, mas quase sempre indicadoras de um curioso e obscuro enlaçamento com um *horizonte pressuposto*.

O que eu agora tinha a fazer era estabelecer a relação entre os acontecimentos em L----- e os sonhos periódicos que ela ali tivera. Portanto falei: 'Você teve o sonho durante suas primeiras noites em L----- ou durante

as últimas? Em outras palavras, antes ou depois da cena no bosque, perto do lago, do qual tanto temos ouvido falar?’ (Devo explicar que eu sabia que a cena não ocorrera logo no primeiro dia, e que ela permanecera em L----- por alguns dias depois disso, sem dar qualquer indicação do incidente).

Sua primeira resposta foi de que não sabia, porém após alguns momentos acrescentou: ‘Sim. Penso que foi depois da cena’.

Dessa forma, agora eu sabia que o sonho era uma reação àquela experiência. Mas por que ele se repetira ali três vezes? Prossegui com minhas perguntas: ‘Quanto tempo ficou em L----- depois da cena?’

‘Mais quatro noites. No dia seguinte fui embora com Papai’.

‘Agora tenho certeza de que o sonho foi um efeito imediato da sua experiência com Herr K. Foi em L----- que você teve o sonho pela primeira vez, e não antes. Você somente introduziu essa incerteza em sua memória para obliterar a ligação em sua mente. Mas as cifras ainda não se ajustam de modo inteiramente satisfatório para mim. Se você permanecesse em L--- por mais quatro noites, o sonho poderia ter ocorrido mais quatro vezes. Será que foi isso o que se verificou?’

Ela não discutiu mais a minha asserção; mas, ao invés de responder à minha pergunta, prosseguiu: ‘Na tarde após o nosso passeio ao lago, do qual nós (Herr K. e eu) retornamos ao meio-dia, como de hábito me dirigi ao sofá do quarto de dormir a fim de repousar um pouco. Subitamente despertei e vi Herr K. de pé ao meu lado...’

‘De fato, da mesma forma que viu seu pai de pé ao lado de sua cama no sonho?’

‘Foi. Perguntei-lhe asperamente... (...)’ (FREUD, 1905/1976, p. 62/63).

Durante a leitura ou estudo do texto, quem, porventura, se entrega à cena analítica que se desenha e é simpático a um dos protagonistas, o analista, tem a nítida impressão de que ele sabe para onde está conduzindo as falas e lembranças da paciente. E mesmo que nada disso esteja ocorrendo (afinal nosso astuto personagem, Dr. Freud, nem sempre enuncia esse conhecimento antecipado da direção das descobertas relativas ao inconsciente), em algum tipo de ato/fala mostra-se a confirmação de que estamos todos no caminho certo... Qual? Bem... Ainda não se sabe, mas des/confia-se, cegamente, na íntima relação entre pressuposto e horizonte.

Para quê a pressa, se temos essa espécie de vontade de verdade, exercida como um silencioso reconhecimento de que a verdade é o pressuposto que surgirá inscrito no horizonte? Ou, de que a cena analítica é a reprodução, na diferença necessária para que seja crível sua condição de atualidade, de outros tempos e lugares constitutivos de nossa realidade inconsciente? Mais: de que esse inconsciente, plasmado que está (até 1920, com o *Além do Princípio do Prazer*) nas representações, nos representantes psíquicos, será inevitavelmente, em algum nível, ocasião de análise como interpretação de conteúdos inconscientes?

A sequência de alguns parágrafos, ao punho próprio de Freud, traz esses efeitos e jogos de expectativas que o analista-autor-mestre cria nos estudiosos de sua psicanálise, nos aprendizes de seu ofício. Afinal, ele nos ensina que transferimos padrões estereotípicos construídos nas relações significativas do passado a cada situação nova que a isso for favorável... Se assim for, a relação com Freud, com o conhecimento que nos apresenta e, quiçá com a própria Dora, podem muito bem preencher essas condições de atualização de sentidos e sentimentos.²² Cumpre lembrar que Freud, aqui, interpreta o segundo sonho de Dora.

Mas o conteúdo da carta deve levar-nos a outras conclusões. Qual a origem das palavras, 'se você quiser'? Foi neste ponto que ocorreu a Dora a lembrança de que houvera uma interrogação após a palavra "quiser", e reconheceu nestas palavras uma citação da carta de Frau K., que encerrava o convite a L-----, o local junto ao lago. Nesta carta havia uma interrogação bizarramente colocada no meio de uma frase, após as palavras intercaladas "se você quiser vir".

Assim, voltamos à cena junto ao lago (p. 23) e aos problemas a ela inerentes. Pedi a Dora que me descrevesse a cena detalhadamente. A

²² Mas se assim não for, o efeito performático da linguagem, pode produzir os mesmos resultados. Vide Austin, mais à frente.

princípio ela pouco revelou de novidade. O exórdio de Herr K. fôra um tanto grave; mas ela não o deixara terminar. Tão logo percebera o sentido de suas palavras, esbofeteou-o e fugiu apressadamente. Perguntei quais tinham sido realmente suas palavras. Ela pôde apenas lembrar-se de um de seus apelos: 'Você sabe que nada recebo de minha mulher'. A fim de evitar encontrá-lo novamente, ela desejara voltar a L----- a pé, dando a volta pelo lago, e *perguntara a um homem que encontrara se estava muito longe*. Quando este respondeu que distava '*Duas horas e meia*' dali, desistiu de sua intenção e voltara finalmente para o barco, que partiu em seguida. Herr K. também estava no barco, e aproximara-se dela para desculpar-se e pedir-lhe que não comentasse o incidente. Mas ela não dera resposta. --- Sim. O *bosque* no sonho fora exatamente como o bosque junto à beira do lago, onde a cena que acabara de descrever mais uma vez havia ocorrido. Mas ela vira exatamente o mesmo bosque denso no dia anterior, num quadro na exposição secessionista. No fundo do quadro havia *ninfas*.

Neste ponto, minha suspeita confirmou-se. O emprego de '*Bahnhof*' ('estação'; literalmente, plataforma de estrada de ferro) e '*Friedhof*' ('cemitério'; literalmente, 'campo de paz') para designar órgãos genitais femininos era bastante surpreendente, mas serviu também para dirigir minha crescente curiosidade para a palavra semelhantemente formada '*Vorhof*' ('vestíbulo'; literalmente, 'ante-sala') --- um termo anatômico para uma região especial dos órgãos genitais femininos. Isto poderia ter sido apenas um erro de interpretação. Mas agora, com o complemento de "ninfas" visíveis ao fundo de um 'bosque denso', não poderia haver mais dúvidas. Aqui estava uma geografia simbólica de sexo! 'Ninfeácea', como sabem os médicos, embora não o saibam os leigos (mesmo pelos médicos o termo não é muito usado), é o nome que designa os pequenos lábios, que estão no fundo do 'denso bosque' de pelos pubianos. Mas quem empregasse termos técnicos como 'vestíbulo' e 'ninfas' teria obtido seus conhecimentos através de livros, não livros populares, mas compêndios de anatomia ou enciclopédias --- o recurso normal dos jovens cheios de curiosidade sexual. Assim sendo, se esta interpretação estivesse correta, sob a primeira situação do sonho estaria oculta uma fantasia de defloração, a fantasia de um homem procurando forçar a entrada nos órgãos genitais femininos.

Revelei a Dora minhas conclusões. Ela deve ter ficado muito impressionada, pois imediatamente apareceu uma parte do sonho que havia esquecido: "*ela entrou calmamente no quarto, e começou a ler um grande livro que estava sobre sua escrivaninha*". Aqui era dada importância a dois detalhes, 'calmamente' e 'grande', relativos a 'livro'. Perguntei se o livro tinha o *formato* de uma enciclopédia, e ela respondeu que sim. Ora, crianças nunca lêem *calmamente* assuntos proibidos em uma enciclopédia. Elas o fazem assustadas e tremendo, vigiando a todo instante a chegada de alguém. Os pais sempre aparecem quando uma criança está lendo estes livros. Mas esta situação desagradável fora inteiramente modificada, graças ao poder onírico de realizar desejos. O pai de Dora estava morto, e os outros já tinham ido para o cemitério. Assim, ela poderia ler o que quisesse. Isto não significaria que um de seus motivos para querer vingar-se era esta revolta contra a coerção exercida pelos pais? Se seu pai estivesse morto, ela poderia ler ou amar à vontade (FREUD, 1905/1976, p. 95-98).

Analogias, sons e sílabas movendo sentidos de uma palavra a outra e, com isso, falando do desejo inconsciente, da sexualidade e sugerindo a bissexualidade: tudo como passível de ser reencontrado pelo analista na fala da paciente, bem como comunicado a ela, acompanhando os efeitos disso nas direções que esta dará às suas próximas falas, para tomá-la de assalto, talvez, novamente, mais adiante. E a interpretação é ato de configurar sentidos ancorados nas concepções de como funciona o aparelho psíquico, como o inconsciente (conceito central) se diz na organização da fala e da relação com o analista; ato de reencontro do analista com suas descobertas...

Em *O Homem dos Ratos* (FREUD, 1909/1916), texto escrito sete ou oito anos depois, encontramos Freud menos “afoito” em dizer suas verdades ao paciente. Talvez porque, sem que disso se desse conta, este atendimento era o que mais lutava na contracorrente do que a psicanálise construía até o momento: uma análise apoiada na representabilidade das pulsões via-se concretamente interpelada pela compulsão à repetição que não se vestia de qualquer sentido particular; apenas se exercia pela recorrência de um determinado pensamento e de alguns gestos e rituais, manobras que despistavam sua finalidade, precípua e expressa, de pagamento de uma dívida; uma dívida que se sabia não ter sido contraída, mas que, em que pese esse saber, tudo se fazia para pagar.

Equívocos constitutivos do sintoma neurótico obsessivo devem-se, sobretudo, à elisão de um desejo inconsciente de vingança, pela justaposição de duas afirmativas que não guardam entre si qualquer coerência. Uma formação reativa

entre amor e ódio, faz deste último o sentimento inconsciente que é preservado intacto, que permanece inalterado e que persiste a incomodar e a fazer vacilar as manifestações amorosas; assim, ações aparentemente generosas são seguidas de outras que anulam esse efeito (anulações retro-ativas), em nome de uma inutilidade do gesto primeiro. Fantasias ou pensamentos recorrentes que exaltam a transgressão das regras de obediência à autoridade paterna, excitação sexual quando dessas transgressões, formas complicadas de lidar com dinheiro e com fezes/evacuação: e Freud abre caminho para apresentar sua hipótese para essa neurose, (mais que hipótese, tal o modo certo com que procede às demonstrações neste caso) a de erotismo anal como aquele a que regride a libido, assim que ingressa na organização fálico-genital.

E se as interpretações freudianas perdem a urgência que aparentavam ter no caso de Dora, ganham didatismo e explicitação, no caso do Homem dos Ratos. Freud mostra-se desafiado a ensinar a Paul, como funciona o inconsciente, literalmente, aquele inconsciente de todos, universal da teoria, de quem o de Paul é um exemplar.

Nisso, porém, percebe que as coisas não se movem até que sinais de transferência possam ser interpretados; aí se repõem todos os afetos que acompanham as transposições do erotismo anal, no pensamento e no gesto; ou, configura-se um isolamento do afeto, fazendo as vezes da repressão, que permite falar da destrutividade (marcadamente desenvolvida na infância em relação ao pai, sobretudo), descaracterizando-a como a origem dos rituais e da soberania da moral que marca o paciente. Pela transferência, todos esses movimentos se podem capturar em ato, na relação com Freud, e produzir o efeito analítico de desfazer o pensamento compulsivo dos ratos emborcados no ânus do pai e da namorada.

Afinal, pelos deslocamentos, pelas inversões, e regressões, a imposição de um castigo ou desejo de morte ao pai podem bem ser considerados apenas um pensamento inconveniente e não um desejo inconsciente.

Nessa história clínica, estão menos visíveis os sinais de luta pela imposição das idéias e teorias psicanalíticas. Só aqueles que visam ao convencimento do paciente a respeito dos sentidos inconscientes de sua conduta e de seus atormentadores pensamentos e compulsões, para que pudesse viver melhor. De resto, parece haver um acordo tácito (com quem?; com o paciente?; com o leitor?) de que o paciente é a melhor ilustração de um caso de neurose obsessiva. E ponto!

Claro está que, nos bastidores, há um certo estorvo teórico em curso: de um lado, a própria contestação da repressão como constitutiva, instauradora, do inconsciente, na medida em que a idéia da morte do pai, o desafio de sua autoridade e a raiva em relação a ele, eram lembranças que não haviam sido reprimidas (ainda que na forma de um inconveniente e intrometido pensamento consciente, eram declarados); de outro, como já mencionamos, a compulsão à repetição desestabiliza o edifício analítico.

Seguem-se extratos do texto, na tentativa de mostrar o modo de interpretar que esse atendimento exerce.

Durante aquela mesma parada sentei-me entre dois oficiais, um dos quais, um capitão de nome tcheco, não iria ter pequena importância para mim. Eu tinha certo terror dele, *pois ele obviamente gostava de crueldade*. (...) Pois bem, durante a parada passamos a conversar, e o capitão contou-me que havia lido sobre um castigo particularmente horrível aplicado no Leste...

Aqui o paciente interrompeu-se, levantou-se do divã e pediu-me que lhe poupasse a exposição dos detalhes. Assegurei-lhe que eu próprio não

tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade, e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo; contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. Ele podia, igualmente, pedir-me para lhe dar a lua. A superação das resistências era uma lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. (Expliquei a idéia de 'resistência' a ele, no começo da sessão, quando me contou que havia nele muita coisa que ele teria que superar, se tivesse de relatar essa sua experiência.) (...) Será que ele estava pensando em cerca de estacas? --- 'Não, isso não;... o criminoso foi amarrado...' --- expressou-se ele tão indistintamente, que não pude adivinhar logo em qual situação --- '... um vaso foi virado sobre suas nádegas... alguns *ratos* foram colocados dentro dele... e eles...' --- de novo se levantou e mostrava todo sinal de horror e resistência --- 'cavaram caminho no...' --- Em seu ânus, ajudei-o a completar.

Em todos os momentos importantes, enquanto me contava sua história, sua face assumiu uma expressão muito estranha e variada. Eu só podia interpretá-la como uma face de *horror ao prazer todo seu do qual ele mesmo não estava ciente*. Prosseguiu com a maior dificuldade: 'Naquele momento atravessou minha mente, como um relâmpago, a idéia de *que isso estava acontecendo a uma pessoa que me era muito cara*.'

(...) Interrompeu sua história para me assegurar de que esses pensamentos lhe eram totalmente alheios e repulsivos, e para contar-me que tudo que se tinha seguido, no curso deles, passara por sua cabeça com a mais extraordinária rapidez. Simultaneamente à idéia, sempre aparecia uma 'sanção', isto é, a medida defensiva que ele estava obrigado a adotar, a fim de evitar que a fantasia fosse realizada. Quando o capitão falara desse horrendo castigo, ele prosseguiu, e essas idéias lhe vieram à mente, empregando as suas fórmulas de praxe (um 'mas' acompanhado de um gesto de repúdio, e a frase 'o que é que você está pensando?'), ele acabara por conseguir evitar *ambas*.

Esse 'ambas' surpreendeu-me, e não há dúvida de que também confundiu o leitor. Isso porque, até aqui, ouvimos apenas uma idéia --- de o castigo com rato ser aplicado à dama. Agora ele estava obrigado a admitir que uma segunda idéia lhe ocorrera simultaneamente, ou seja, a idéia do castigo sendo também aplicado a seu pai. Como seu pai havia falecido muitos anos antes, esse medo obsessivo era muito mais disparatado até mesmo do que o primeiro; e, em consequência, tentara evadir-se de ser confessado por mais algum tempo

Naquela noite, prosseguiu, o mesmo capitão entregou-lhe um pacote, chegado pelo correio, e dissera: 'O Tenente A. pagou as despesas para você. Você lhe deve reembolsar.' O pacote continha o *pince-nez* pelo qual ele havia telegrafado. Naquele instante, contudo, uma 'sanção' tomara forma em sua mente, ou seja, *ele não devia devolver em pagamento o dinheiro*, ou aquilo iria acontecer (isto é, a fantasia sobre os ratos se realizaria em relação a seu pai e à dama). E imediatamente, conforme um tipo de procedimento que lhe era familiar, para combater essa sanção surgira uma ordem na forma de um juramento: '*Você deve pagar de volta as 3,80 coroas ao Tenente A.*' Ele dissera essas palavras a si próprio quase em voz alta.

(...) o relato pormenorizado que o paciente me forneceu acerca dos eventos externos daqueles dias e de suas reações a eles estava pleno de contradições e soava desesperadamente confuso. Somente quando narrou a história pela terceira vez, pude fazê-lo compreender as obscuridades dela e pude por a nu os erros de memória e os deslocamentos nos quais ele ficara envolvido. Poupar-me-ei a dificuldade de reproduzir esses detalhes, cujos pontos essenciais eu, com facilidade, serei capaz de retomar mais tarde; apenas acrescentarei que, no final dessa segunda sessão, o paciente se comportou como se estivesse ofuscado e desorientado. Repetidamente se dirigia a mim como 'Capitão', provavelmente porque no início da consulta eu lhe contara que eu próprio não gostava de crueldade, como o Capitão N., e que eu não tinha intenção de atormentá-lo sem necessidade (FREUD, 1909/1976, pp170-173).

O *Homem dos Lobos* (FREUD, 1914/1976), por sua vez, mais que um relato de atendimento, é um escrito em que *a teoria da psicanálise* em parte *se confirma* e em parte *se testa* e *avança*, pelo modo mesmo como Freud procede em suas intervenções, nada ortodoxas como se poderia esperar dele nesse momento de sua produção.

Uma análise, que durava já quatro anos, parecia não apresentar efeitos aos olhos do analista, pois o paciente, muito gentil e amistosamente ligado pela transferência, não dava sinais de melhoras significativas. Freud faz, então, uma interferência definitiva no percurso do tratamento, delimitando um prazo a partir de que ele seria interrompido, independentemente do ponto a que tivesse chegado. O resultado, segundo nos conta, é que com isso há uma sensível aceleração do processo e uma alteração significativa na postura, na colaboração do paciente para com o trabalho analítico.

O que se *confirma* nesse atendimento é o desfecho da angústia de castração e do complexo edipiano tal como se prevê para a neurose obsessiva; mesmo que não passe despercebido ao leitor o empenho extraordinário do autor em identificar

as marcas de um complexo ainda positivo, apesar de que, quando menino, seu paciente tenha sido seduzido a práticas masturbatórias pela irmã mais velha, na posição passiva; mesmo que, também, seu erotismo anal e sua necessidade de ser amado pelo pai pudessem dirigir a uma conclusão pelo complexo negativo, pela própria teoria.

O plano em que se *avança* é, ao que tudo indica, o da potência da interpretação na forma de uma construção: o menino teria presenciado, de seu berço, em torno das cinco horas da tarde, uma relação sexual *a tergo* entre os pais, ambos de roupas brancas, o pai em pé e a mãe apoiada nos cotovelos e joelhos. Freud organiza e verbaliza esta cena como algo que teria acontecido e que poderia explicar as dificuldades que o Homem dos Lobos passara a enfrentar na vida adulta, na medida em que vestígios de registros psíquicos possíveis àquela idade fossem se articulando com (e modificando por) os registros de outras experiências. Isto, na tessitura que lhe facultavam as características das outras fases do desenvolvimento psicosexual, quer no que diz respeito à erogeneidade corporal, quer no que diz respeito às fantasias amorosas que as constituem.

As surpresas, aqui, ficam por conta da discussão do valor analítico da construção de uma imagem, pelo analista, que não teria condições de recordá-la, uma vez que não a vivera. Se a recordação é o caminho para romper com o ciclo da repetição e das atuações, na transferência, para que se elabore o que resiste a se incorporar como parte da vida consciente do sujeito (FREUD, 1914/1976), como entender que se elabore afetiva e analiticamente algo de que não se lembra? Nosso autor lança-se, então, à discussão das cenas originárias como organizadores fantasmáticos, como protofantasias, que não teriam, como tal, passado pela experiência sensível e que funcionariam como pólos de organização das demais

formações imaginárias; todas, por certo, de uma forma ou de outra, fantasias eróticas (cena originária da relação sexual entre os pais, vida intra-uterina, sedução e castração, conforme LAPLANCHE; PONTALIS, 1997).

Talvez, relacionado exatamente com a questão da *veracidade da cena construída e de sua potência analítica*, esteja o fato de Freud fazer intervenções de caráter não imediatamente teórico, não explicativos de processos inconscientes, como se estivesse se tratando do inconsciente de terceiros. Mais do que em outros atendimentos Freud parecia investigar, na fala deste paciente, referências lingüísticas para registros significativos, fragmentários e fragmentados, inconscientes, que lhe permitissem reconstruir o quebra-cabeça ou dar sentido aos enigmas que se apresentavam como sintoma. Indicadores ou termos relativos a espaço e tempo, posições de corpos e objetos, relações que tais posições poderiam sugerir, sonoridades e sentidos que, por detalhes ora mais ou ora menos extensa e expressamente, se assemelhavam: todos esses engates de sentidos possíveis, na experiência que assim se registrou significativa, vão constituindo a rede *mágica*, imaginária, *desse bloco* chamado *inconsciente*.

As atenções de Freud ao modo de organização da fala de seu paciente são o caminho que suspende uma atribuição imediata de sentidos ao que diz (nisso, inclusive, há diferenças entre os três atendimentos que trabalhamos aqui). E, de um modo muito particular esse caminho pode conduzir à cena construída que faz a montagem de uma imagem que reúne os elementos básicos da compreensão psicanalítica sobre o funcionamento psíquico. É como se o inconsciente se tornasse, de fora para dentro, nessa imagem produzida pelo analista, algo à superfície de nossa captação, que reporia, num golpe, o “rombo de sentidos” conscientes. Se não é possível repor esse rombo pela lembrança do paciente, que ele seja repostado pela

teoria encarnada na cena arquitetada pelo analista, que sabe dela (teoria) mais do que sabe da história do paciente; cena que pode dar sentido ao espaço compulsoriamente desmemoriado a que levaram as investigações por uma espécie de análise de discurso.

Para que esse caminho analítico pudesse ser traçado, o disparo foi dado pela interpretação de um sonho do paciente, por ocasião de seu aniversário de quatro anos (dia 25 de dezembro). Um sonho de que o menino acorda muito angustiado chamando por sua babá: ele estaria deitado e a janela de seu quarto, à sua frente, teria se aberto, violentamente, deixando à mostra uma árvore, de onde seis ou sete lobos brancos com caudas de raposa e orelhas de cães, assentados em seus galhos, olhavam atentamente para ele. Segue-se o início do relato dessa interpretação do sonho, para que o leitor acompanhe a particularidade do modo como Freud a conduziu; de certo modo, seguindo à risca os efeitos clínicos do reconhecimento, da convicção de um inconsciente como função, como mecanismos de deslocamento, condensação e figurabilidade, tal como o propusera em *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1976).

‘Por que os lobos eram brancos? Isto fê-lo pensar nas ovelhas, grandes rebanhos das quais eram mantidos nas vizinhanças da propriedade. O pai ocasionalmente o levava a visitar esses rebanhos e, todas as vezes que isso acontecia, ele se sentia muito orgulhoso e feliz. Posteriormente --- segundo indagações feitas, pode facilmente ter sido pouco antes da época do sonho --- irrompeu uma epidemia entre as ovelhas. O pai mandou buscar um seguidor de Pasteur, que vacinou os animais, mas após a inoculação morreram ainda mais delas que antes.

‘Como os lobos apareceram na árvore? Isso fê-lo lembrar-se de uma história que ouvira o avô contar. Não podia recordar-se se fora antes ou depois do sonho, mas seu assunto constitui argumento decisivo em favor da primeira opinião. A história dizia assim: um alfaiate estava sentado trabalhando em seu quarto, quando a janela se abriu e um lobo pulou para dentro. O alfaiate perseguiu-o com seu bastão --- não (corrigiu-se),

apanhou-o pela cauda e arrancou-a fora, de modo que o lobo fugiu correndo, aterrorizado. Algum tempo mais tarde, o alfaiate foi até a floresta e subitamente viu uma alcatéia de lobos vindo em sua direção; então trepou numa árvore para fugir-lhes. A princípio, os lobos ficaram perplexos; mas o aleijado, que se achava entre eles e queria vingar-se do alfaiate, propôs que trepassem uns sobre os outros, até que o último pudesse apanhá-lo. Ele próprio --- tratava-se de um animal velho e vigoroso --- ficaria na base da pirâmide. Os lobos fizeram como ele sugerira, mas o alfaiate reconheceu o visitante a que havia castigado e de repente gritou, como fizera antes: “Apanhem o cinzento pela cauda!” O lobo sem rabo, aterrorizado pela recordação, correu, e todos os outros desmoronaram.

‘Nesta história aparece a árvore sobre a qual os lobos se achavam sentados no sonho; mas ela contém também uma alusão inequívoca ao complexo de castração. O lobo *velho* tivera a cauda arrancada pelo alfaiate. As caudas de raposa dos lobos do sonho eram provavelmente compensações por esta falta de cauda.

‘Porque havia seis ou sete lobos? Não parecia haver resposta para esta pergunta, até eu levantar uma dúvida sobre saber se a figura que o assustava estava vinculada à história de “Chapeuzinho Vermelho”. Este conto de fadas só oferece oportunidade para duas ilustrações --- Chapeuzinho Vermelho encontrando-se com o lobo na floresta e a cena em que o lobo se deita na cama, com o barrete de dormir da avó. Teria de haver, portanto, algum outro conto de fadas por trás de sua recordação da figura. Ele logo descobriu que só podia ser a história de “O Lobo e os Sete Cabritinhos”. Nesta, ocorre o número sete, e também o número seis, pois o lobo só comeu seis dos cabritinhos, enquanto que o sétimo se escondeu na caixa do relógio. O branco também nela aparece, pois o lobo fizera branquear sua pata no padeiro, após os cabritinhos haverem-no reconhecido, em sua primeira visita, pela pata cinzenta. Além disso, os dois contos de fadas possuem muito em comum. Em ambos existe o comer, a abertura da barriga, a retirada das pessoas que haviam sido comidas e sua substituição por pesadas pedras, e, finalmente, em ambas o lobo mau perece. Além disso tudo, na história dos cabritinhos aparece a árvore. O lobo deitou-se sob uma árvore, após a refeição, e roncou.

(...) ‘Se, no caso de meu paciente, o lobo foi simplesmente um primeiro representante paterno, surge a questão de saber se o conteúdo oculto nos contos de fadas do lobo que comeu os cabritinhos e de “Chapeuzinho Vermelho” não pode ser simplesmente um medo infantil do pai.

(...) O sonho parece apontar para uma ocorrência cuja realidade foi intensamente enfatizada como estando em marcado contraste com a irreabilidade dos contos de fadas.

(...) As partes do conteúdo manifesto do sonho que foram destacadas pelo paciente, os fatores do olhar atento dos lobos e da sua imobilidade, devem conduzir ao conteúdo dessa cena.

(...) O fator mais importuno no sonho, os lobos em cima da árvore, levou diretamente à história do avô; e o que era mais fascinante nessa

história e capaz de provocar o sonho não podia ter sido outra coisa senão sua relação com o tema da castração.

(...) Mas se lhe juntamos, como resultado da análise provisória, o que pode ser deduzido do material produzido pelo sonhador, encontramos então diante de nós, para reconstrução, fragmentos como estes:

Uma ocorrência real --- datando de um período muito prematuro --- olhar --- imobilidade --- problemas sexuais --- castração --- o pai --- algo terrível.

(...) Ele acordara e vira alguma coisa. O olhar atendo, que no sonho fora atribuído aos lobos, deveria, antes, ser atribuído a ele. Num ponto decisivo, portanto, havia ocorrido uma transposição (...)

(...) O que seria, então, se o outro fator enfatizado pelo paciente era também distorcido por meio de uma transposição ou inversão? Nesse caso, em vez de imobilidade (os lobos não tinham movimento; olhavam para ele, mas não se mexiam) o significado teria de ser: o mais violento movimento. Ou seja, ele acordou de repente e viu à sua frente uma cena de movimento violento, para a qual olhou tensa e atentamente. No primeiro caso a distorção consistiria num intercâmbio de sujeito e objeto, de atividade e passividade: se olhado em vez de olhar. No outro caso consistiria em transformação no oposto; imobilidade em lugar de movimento (FREUD, 1918/1976, p. 46-52).

(...) Por estas últimas quero dizer as posturas que ele viu os pais adotarem --- o homem ereto e a mulher curvada, como um animal. Já sabemos que durante seu período de ansiedade, a irmã costumava aterrorizá-lo com uma figura de um livro de contos infantis, na qual o lobo era mostrado em posição vertical, com os pés em posição de movimento, as garras a descoberto e as orelhas em pé (FREUD, 1918/1976, p. 56).

A teoria volta, portanto, neste relato de atendimento, com estatuto e lugar próprios, como se realimentada pelos enfrentamentos clínicos. Do meio para o final do texto, os resgates teóricos surgem na forma de esclarecimento ao leitor em vários capítulos; sendo agora o paciente, suas angústias e feitos, uma complexa ilustração de um complexo de Édipo que se constitui positivo, arrastando para a fase da dissolução, o desfecho não suficientemente resolvido das fases anteriores da sexualidade do Homem dos Lobos. Como interpretação, no entanto, que permitissem tais conclusões, temos os generosos capítulos anteriores a demonstrar.

Isto, em seu caso, foi um caprichoso caminho trilhado entre uma forma possível de confirmação da cena originária, sua posição em relação ao pai, nela, e os efeitos mais ou menos modificados nas condições para enfrentar a angústia de castração e a trama amorosa edipiana.

A exemplar construção analítica que Freud nos conta ter feito é a dessa história de neurose infantil. Com a escritura do atendimento do Homem dos Lobos, acaba *mostrando* uma forma de fazer a clínica psicanalítica em equilíbrio com uma forma de teorizá-la. É daí que fizemos desse texto o ponto articulador da apresentação, por Freud, do *conceito de construção* em trabalho analítico.

Tal como as compreendemos, as construções têm efeito de disparadores analíticos: podem potencializar interpretações que se reapropriam de sentidos associados à cena construída, de alguma forma, e que envolvem, mais ou menos, inventivamente também, as lembranças do paciente. Ora, se o leitor notar nessas palavras uma espécie de descuido na fronteira entre “lembrança de fato real”, “lembrança inventada” e, portanto, entre “fato ocorrido” e “fato lembrado”, é que se conseguiu mostrar o “espírito da coisa”. Sim! Porque, no início do século, com Dora, conhecemos um analista que carregava nas tintas de interpretações por analogia e premissas de suposições teóricas, praticamente transparentes a cada sentença proferida. Alguns anos mais tarde e temos esse analista ensaiando, com o Homem dos Ratos, breves construções e exposições da teoria bem como fazendo interpretações da transferência, para desmontar um modo de funcionamento psíquico, que delegava à consciência, um decalque visível de processos e do desejo inconsciente, mas suspendia-lhes completamente o sentido. Mais cinco anos e...

(sem que em nenhum desses atendimentos tivessem faltado ao analista os geniais *insights*, que pareciam brincar com o leitor, fazendo-o crer que o que lhe parecia absolutamente obscuro, era tão óbvio quanto o coelho puxado da cartola do mágico)... somos introduzidos nos enredos e cenários da neurose de um menino que temia lobos; não simplesmente lobos, mas lobos numa determinada posição: em pé, em movimento e de frente. E por aí toda a história segue, revelando um narrador diferente, que reorienta a trama, inventando um pedaço dela, não previsto no *script* e, nisso, convence paciente e discípulo-leitor da importância dessa invenção para que as coisas façam sentido...

Há, portanto, distinção entre os modos de interpretar, como se cada vez mais, Freud fosse se desgarrando da realidade factual ou de uma relação psíquica “razoável” com ela, até certo ponto recriada internamente, sem que estruturalmente lhe fosse estranha. E assim, o passado, as lembranças encobridoras, o delírio, passam a ter valor de verdade: da verdade histórica de um sujeito. E, o que é mais intrigante, se a verdade de um delírio do paciente se legitima aos olhos desse privilegiado analista, no rebote, legitima-se também essa condição de verdade para a construção do analista. Afinal, pode-se estender a ela a materialidade de uma teoria, como no caso do psicótico, a materialidade é a do mundo construído como delírio, para que seja possível a sobrevivência psíquica.

Em 1912, em sua análise do caso Schreber, Freud surpreende o leitor, inclusive, quando afirma ao final do texto: “compete ao futuro decidir se existe mais delírio em minha teoria do que eu gostaria de admitir, ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar” (FREUD, 1912/1976, p. 85). O que faz, aqui, é desafiar a certeza do valor de verdade das explicações que ele inventara, bem como desafiar a ordem

discursiva que separa, isola, exclui e considera teratológico o discurso e o pensamento delirante. Com a autoridade que se confere às suas palavras, o desafio se impõe como uma exigência a constranger nossa vontade de verdade, mesmo que seja por momentos evanescentes. Ainda que, nos atendimentos, Freud interpretasse também como quem busca confirmação para seus pressupostos, à medida que interpreta um sonho ou as falas de um paciente, faz diferença que, por ocasiões, ganhe a distância para relativizações, assim, de peso.

O texto *Construções em Análise* (1937/1976), escrito 25 anos mais tarde, sacramenta, tal modo de operar analiticamente. O Freud das construções abre as interpretações para os horizontes que, por posição, indica escapar das determinações excessivas dos pressupostos teórico-imaginários do analista. Abre as interpretações para o âmbito de indeterminações. Mesmo que, de início Freud afirme que as análises buscam reconstituir um quadro infantil, devidamente preservado fora da consciência, a maneira como propõe atingir essa meta é curiosamente vaga e devolvida mais à atenção do que às sentenças interpretativas do analista; atenção aos caminhos que o paciente der para uma construção feita por ele. Encaminha, aqui também, para duas afirmações perturbadoras: a primeira é que a construção é o delírio do analista, e a segunda é a de que há verdade histórica nos delírios do paciente. O argumento a provar esta última pontuação é sagaz: como quem ouve o que lhe diz seu interlocutor com a mesma acuidade que acusa estar sendo ouvido, afirma que, muitas vezes, diante de uma cena construída pelo analista, o paciente dá importância a detalhes pequenos como cor de um objeto, luz advinda de uma porta, sendo que ele não viu a cena. Essa convicção, essa sensação de percepção

realizada, de experiência sensível com o que relata o outro é²³ onde Freud afirma condição de verdade ao delírio: no jeito como a pessoa reconstituiu a cena para si, esses componentes são tão insistentemente reais, que devem tê-lo sido um dia. E que se acrescente agora: quanta prontidão para a escuta de sua parte!

Seguem-se extratos do texto para que se possa acompanhar de *Dora* a *Construções*, o movimento do autor e de seu pensamento.

É terreno familiar que o trabalho da análise visa a induzir o paciente a abandonar as repressões (empregando a palavra no sentido mais amplo) próprias a seu primitivo desenvolvimento e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura. Com esse intuito em vista, ele deve ser levado a recordar certas experiências e os impulsos afetivos por elas invocados, os quais, presentemente, ele esqueceu. Sabemos que seus atuais sintomas e inibições são conseqüências de repressões desse tipo; que constituem um substituto para aquelas coisas que esqueceu.

(...) Estamos à procura de um quadro dos anos esquecidos do paciente que seja igualmente digno de confiança e, em todos os aspectos essenciais, completo (FREUD, 1937/1976, p. 292).

(...) a principal diferença entre elas reside no fato de que, para o arqueólogo, a reconstrução é o objetivo e o final de seus esforços, ao passo que, para o analista, a construção constitui apenas um trabalho preliminar (p. 294).

(...) Se nas descrições da técnica analítica se fala tão pouco sobre 'construções', isso se deve ao fato de que, em troca, se fala nas 'interpretações' e em seus efeitos. Mas acho que 'construção' é de longe a descrição mais apropriada. 'Interpretação' aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma 'construção', porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu, aproximadamente da seguinte maneira: 'Até os onze anos de idade, você se considerava o único e ilimitado possuidor de sua mãe; apareceu então um outro bebê e lhe trouxe uma séria desilusão (...) (p. 295).

²³ Entendido como um efeito performático da relação de fala, na teoria dos atos de fala.

(...) Só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossa construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade para ela, não exigimos uma concordância direta do paciente, não discutimos com ele, caso a princípio a negue. Em suma, conduzimo-nos segundo modelo de conhecida figura de uma das farsas de Nestroy --- o criado tem nos lábios uma só resposta para qualquer questão ou objeção: 'Tudo se tornará mais claro no decorrer dos futuros desenvolvimentos' (FREUD, 1937/1976, p. 300).

(...) Essa visão dos delírios não é, penso eu, inteiramente nova; não obstante, dá ênfase a um ponto de vista que geralmente não é trazido para o primeiro plano. A essência dela é que há não apenas *método* na loucura, como o poeta já percebera, mas também um fragmento de *verdade histórica*, sendo plausível supor que a crença compulsiva que se liga aos delírios derive sua força exatamente de fontes infantis desse tipo (p. 302).

Isto posto, voltamos a comentar nossa proposta para este item: escolhemos o trajeto dos textos em que Freud nos “conta como interpreta”, porque nossa análise de discurso tem aí o *corpus* privilegiado para seus estudos; com isso, chegamos a uma espécie de desenho de seu modo de interpretação.

No item que se segue, ainda no sentido de revisitar a psicanálise para poder com ela trabalhar na fronteira com outras instituições do conhecimento e com outras práticas discursivas, o modo freudiano de interpretar será também comentado. Agora, nada menos do que por M. Foucault!

4.2. Freud e a hermenêutica moderna segundo Foucault

Num texto publicado em 1967, na Revista *Cahiers de Royaumont*, sob o título *Nietzsche, Freud, Marx*, Foucault confronta os três autores no que diz respeito às

técnicas de interpretação. Recortaremos o que apresenta sobre Freud (por motivos óbvios), esclarecendo que coloca os três como fundadores de uma nova possibilidade de hermenêutica, já distinta daquela que se apoiava na interpretação por semelhança, característica do século XVI e da semiologia que reconhece no signo uma realidade originária, acessível a uma apropriada técnica interpretativa.

Freud é comentado a partir do livro *Interpretação dos Sonhos* (FREUD, 1900/1976). E, pela postulação do inconsciente, Foucault resgata a diferença de suas interpretações.

(...) não me parece que, de qualquer forma, Marx, Nietzsche e Freud tenham multiplicado os signos no mundo ocidental. Eles não deram um sentido novo a coisas que não tinham sentido. Na realidade, eles mudaram a natureza do signo e modificaram a maneira pela qual o signo em geral podia ser interpretado

(...)

Na época que tomei como ponto de referência, no século XVI, os signos se distribuíam de uma maneira homogênea em um espaço que era ele próprio homogêneo, e em todas as direções. Os signos da terra remetiam ao céu, mas também ao mundo subterrâneo, eles remetiam do homem ao animal, do animal à planta, e vice-versa. A partir do século XIX – ou seja, desde Freud, Marx e Nietzsche – os signos foram escalonados em um espaço muito mais diferenciado, segundo uma dimensão que se poderia chamar de a da profundidade, desde que não a entendamos como interioridade, mas, ao contrário, como exterioridade.

(...)

Mas, na realidade, apenas se pode percorrer essa linha descendente quando se interpreta para restituir a exterioridade cintilante que estava recoberta e soterrada. Porque, se o próprio intérprete deve ir até o fundo como um escavador, o movimento de interpretação é, ao contrário, o de um desaprumo, de um desequilíbrio cada vez maior, que deixa sempre, acima dele, a profundidade revelar-se de uma maneira cada vez mais visível; a profundidade é então restituída como segredo absolutamente superficial, (...) a descoberta de que a profundidade não passava de um jogo e uma dobra da superfície. À medida que, sob o olhar, o mundo se torna mais profundo, nos apercebemos de que tudo o que exerceu a profundidade do homem não passava de uma brincadeira de criança.

(...)

E, certamente, seria necessário chamar o espaço de interpretação que Freud constituiu, não somente na famosa topologia da Consciência e do Inconsciente, mas também nas regras que ele formulou relativas à atenção do psicanalista e à decifração pelo analista do que se diz durante o desenrolar da “cadeia” falada. Seria necessário relembrar a espacialidade, no final das contas muito material, à qual Freud atribuiu tanta importância, e que instala o doente sob o olhar inclinado do psicanalista (FOUCAULT, 2000, p. 43-45).

Para que se possa melhor entender a razão de ser este o lugar atribuído a Freud, o de hermenêuta moderno, acompanhemos Foucault mais de perto. Para ele, três aspectos, sobretudo, caracterizam a hermenêutica moderna: o caráter infinito da tarefa de interpretar; o fato a isso ligado de uma interpretação ser, sempre, interpretação de outra interpretação; o fato de o princípio da interpretação nada mais ser do que o próprio intérprete.

(...) cada signo é nele mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros signos” (FOUCAULT, 2004, p. 47).

Talvez, essa primazia da interpretação em relação aos signos seja o que há de mais decisivo na hermenêutica moderna (p. 48).

Os signos são interpretações que tentam se justificar, e não o inverso (p. 48).

É assim que funcionam os sintomas para Freud (p. 49).

O signo, adquirindo essa nova função de recobrimento da interpretação, perde seu ser simples de significante que possuía ainda na época do Renascimento, sua densidade própria vem como que se abrir, e podem então se precipitar na abertura todos os conceitos negativos que até agora tinham permanecido alheios à teoria do signo (p. 49).

A morte da interpretação é acreditar que há signos, signos que existem originalmente, realmente, como marcas coerentes, persistentes e sistemáticas (p. 50).

A vida da interpretação, pelo contrário, é acreditar que só há interpretações (p. 50).

Como identificar esses traços da hermenêutica moderna no tratamento que Freud dá ao signo e à interpretação? Como o situá-lo ao lado, sobretudo, de Nietzsche?

É um recurso retórico que Foucault usa para “torcer” o escopo da interpretação em Freud. Chama-lhe a atenção que, nas interpretações dos próprios sonhos e que, na análise de Dora, Freud faça interrupções que se explicam por contingências que mais parecem justificar uma impossibilidade de prosseguir por falha do analista, por pudor ou segredo pessoal. Com isso, se esquivaria de questionar a própria técnica interpretativa. Assim sugere o filósofo que o psicanalista teria intencionalmente se desviado do alvo da questão. O fato é que, nesses textos, não é feita qualquer discussão teórica, qualquer reflexão a respeito da interpretação como procedimento, em seus alcances, mas também, em seus limites. O que há é uma farta demonstração de funcionamento inconsciente como mecanismos de deslocamento, condensação e figurabilidade que ocultam e revelam, ao mesmo tempo, o que está censurado à consciência e que só pela interpretação (no caso dos dois textos, interpretação de sonhos) poderia a ela se articular novamente. É assim que se indica que em algum tempo e lugar inscreveu-se uma verdade inconsciente a que a psicanálise, pelas interpretações que suas teorias convictamente animam, pode ter acesso.

Foucault segue, no entanto, recortando a hermenêutica freudiana:

(...) E depois se afirma, ao longo de todo o estudo da transferência, o interminável da análise, no caráter infinito e infinitivamente problemático da relação do analisando com o analista, relação que é evidentemente constituinte para a psicanálise, e que abre o espaço no qual ela não cessa de se desdobrar, sem nunca poder terminar (FOUCAULT, 2004, p. 46).

(...)

Se, na correspondência de Freud, deciframos suas perpétuas preocupações desde o momento em que ele descobriu a psicanálise, podemos nos perguntar se a experiência de Freud não é, no fundo, bem semelhante à de Nietzsche. O que está em questão no ponto de ruptura da interpretação, nessa convergência da interpretação na direção de um ponto que a torna impossível, poderia ser certamente alguma coisa como a experiência da loucura.

Experiência contra a qual Nietzsche se debateu e pela qual ele era fascinado; experiência contra a qual o próprio Freud lutou ao longo de toda a sua vida, não sem angústia. Essa experiência da loucura seria a sanção de um movimento de interpretação, que se aproxima intimamente do seu centro, e que desmorona, calcinada (p. 46/47).

Interessante observar que no livro que inaugura o método psicanalítico e no último texto teórico, pode-se pensar, ora mais e ora menos diretamente, o modo como Freud trabalha com suas interpretações. Mas, mais que isso: *do sonho à fala ordinária em sessão, a loucura é o limite da interpretação, porque é o limite do intérprete.*

E Freud, sem pretender alçar vôo ao discurso filosófico, parece ter trazido a possibilidade de a filosofia se reconhecer nas práticas do divã...

Além disso, é curioso perceber que apesar de toda a crítica dirigida à psicanálise, com base em ditos e escritos de Foucault, nas décadas de 1970 e 1980, há neste *Nietzsche, Freud, Marx* um resgate conjunto de fundamentos da produção freudiana e da própria hermenêutica. Note-se, no entanto, que trata de uma re-fundação da hermenêutica, com base na circularidade (retomada constante x linearidade) da interpretação, no princípio do intérprete, na negatividade do signo, no aspecto essencial da inconclusão constitutiva da tarefa de interpretar. Ao ponto de terminar sua exposição de idéias no texto que ora comentamos, da seguinte forma:

(...) Parece-me que é preciso compreender uma coisa que muitos de nossos contemporâneos esquecem, que a hermenêutica e a semiologia são dois inimigos implacáveis. Uma hermenêutica, que se restringe de fato a uma semiologia, acredita na existência absoluta dos signos: ela abandona a violência, o inacabado, a infinitude das interpretações, para fazer reinar o terror do índice e suspeitar da linguagem. Reconhecemos aqui o marxismo, após Marx. Ao contrário, uma hermenêutica que se envolve consigo mesma entra no domínio das linguagens que não cessam de implicar a si mesmas, essa região intermediária entre a loucura e a pura linguagem. É ali que reconhecemos Nietzsche (FOUCAULT, 2004, p. 50).

Estamos, portanto, na descontinuidade discursiva necessária para que entre em cena o matiz do pensamento de Foucault em *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969/1997) e *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1971/1996), gestores do conceito de formação discursiva, discurso como ato, como instituição e de um acento (nunca expresso) pragmático em suas análises e escritos.

Onde deixamos Freud? Não o deixamos. Apenas o trouxemos para esta fronteira que demarca as análises possíveis no território da hermenêutica moderna e aquelas da pragmática, nascida no território de uma filosofia que se nomeou analítica. Chegamos aqui pelos caminhos e pelas mãos de um Foucault que também, como dissemos no capítulo II da presente Tese, recebeu de nós um “recorte interessado”. Não cronológico, pois seria um contra-senso. E sim, um recorte metodológico, na trilha dos conceitos de práticas discursivas, relações de poder, jogos de produção de verdade e de sujeito.

Agora, com a compreensão da interpretação configurada nos cânones de uma hermenêutica assim moderna, teríamos como enfrentar a oposição seca que fazíamos no decorrer de nossa exposição de motivos da Análise Institucional do Discurso: a oposição análise/interpretação.

Isso tudo, para ainda poder-se dizer que, mesmo não operando no âmbito da hermenêutica, e talvez, ainda mais por causa disso, nossas análises podem dar à clínica psicanalítica um perfil diferenciado e móvel, que não se fecha sobre si mesmo.

4.3. Da hermenêutica à pragmática: sentido e contexto

Foi também com as obras que mencionamos logo acima (*Arqueologia do Saber* e *A Ordem do Discurso*) que Foucault acenou para a lingüística, com a possibilidade de pensar a linguagem como instituição discursiva, para além dos cânones da lingüística estruturalista, como nos ensina Dominique Maingueneau, apresentado no capítulo III desta tese de Livre-Docência. Tendo tais articulações como suporte, prosseguiremos, até onde nos for possível e até onde for cabível para este momento de nosso trabalho, no horizonte das novas proposições filosóficas que respondem pelo século XX.

Esse horizonte é o da Filosofia Analítica²⁴, onde se destaca a contribuição de John L. Austin (a que já fomos aqui apresentados por Maingueneau), expoente da

²⁴ A Filosofia Analítica foi gestada em território alemão e inglês como reação ao idealismo de inspiração hegeliana, ao empirismo psicologista e ao transcendentalismo kantiano. Em princípio, a idéia que se coloca é a de esclarecer e bem delimitar proposições filosóficas e, não propriamente gerar um corpo dessas proposições (a respeito do mundo, do ser, ou da ciência). Isto se conseguiria pela linguagem, pela análise da lógica das proposições, por sua decomposição em seus elementos constituintes mais simples. Aí se deixa reconhecer o modo de pensar de R. Russell (atomismo lógico) e do Wittgenstein de *Tractatus* (primeiro reconhecido escrito do filósofo da linguagem, do positivismo lógico e do Círculo de Viena). Nessa tendência havia uma preocupação com a fundamentação da Ciência em linguagem lógica e em bases empíricas, radicalizando na oposição à metafísica e à psicologia, uma vez que essências, formas, idéias e representações não são empiricamente

Escola de Oxford. Austin é o formulador da *teoria dos atos de fala* que, por sua vez, se fundamenta numa *extensão* da análise de proposições filosóficas à *análise da linguagem ordinária* como tarefa da filosofia.

Marca-se com ele uma *reviravolta* na tarefa de *analisar*, no *objeto* e na *extensão da análise*: não se separa a linguagem da realidade sobre quê a linguagem fala; ao se examinar a linguagem, de alguma forma já se está examinando a realidade, necessariamente; falar não é descrever uma realidade observada/observável; é, sim, um modo de agir; a linguagem comum, ordinária, é o horizonte último em que se constitui a experiência; e ela é sempre ponto de partida da análise, sem exigir ponto de chegada ou, ainda, visar a produzir uma linguagem mais perfeita ou mais rigorosa. Dessa maneira, pode-se dizer que se a análise tem como objeto a caracterização dos elementos envolvidos em seu uso, será sempre incompleta, com resultados provisórios; será sempre parcial, e não definitiva, apesar de detalhada e minuciosa. Assim, como havíamos afirmado antes a partir de Maingueneau, é com Austin que a filosofia abre espaço para que se tenha a apreensão pragmática do discurso e de sua análise, diferentemente da semântica e da semiologia que tratam da relação entre os signos e os objetos a que se referem, e da sintaxe que trata da relação entre os signos. *A pragmática diz respeito à relação entre o usuário e o signo, à linguagem em uso, em diversos contextos, à diversidade do uso; mais ainda, a pragmática é esse modo de análise que considera o significado determinado pelo contexto.*

Wittgenstein, com os *jogos de linguagem*, já no *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1952/1999),²⁵ e Austin com sua *teoria dos atos de fala* (AUSTIN, 1962/1990), descaracterizam, definitivamente a linguagem como descrição de uma realidade além dela, bem como a análise como um trabalho circunscrito aos limites da sintaxe e da semântica, ou seja, de esclarecimento das relações do signo com seu referente e dos signos entre si. Os *sentidos* resultantes da análise passam a ser inelutavelmente *relativos ao que o discurso mostra enquanto diz, ao seu valor performático, aos contextos de sua constituição*.

Prosseguindo com o filósofo inglês, em *Quando Dizer é Fazer* (AUSTIN, 1962/1990), delineia-se uma proposta de uma análise pragmática: deve-se sair de níveis estritamente lingüísticos (locucionários), para que o ato de dizer (nível ilocucionário), o contexto da enunciação e as implicações dele no levantamento de expectativas, sentimentos e conflitos nos interlocutores (nível perlocucionário), sejam gestores de sentidos.

Se não nos estendemos mais, para o momento, no detalhamento da análise que assim procede, é porque ainda estaríamos no plano da filosofia e, quando muito, no da lingüística. Nosso interesse, no entanto, é pôr para pensar o uso de dois termos, interpretação e análise, nas análises que fazemos, no âmbito da psicologia e/ou da psicanálise; na pesquisa, na clínica ou em outras instituições. Esses termos, interpretação e análise, dizem do mesmo procedimento? São intercambiáveis? Podem-se dizer procedimentos específicos de um ou de outro campo do saber, ou de um ou outro exercício profissional?

²⁵ Segundo momento de seu trabalho filosófico e a partir de crítica que faz ao que e ao como pensava no *Tractatus*,

É bastante comum encontrarmos pessoas que trocam as letras sem trocar os sentidos entre essas palavras. Mas, também, é comum encontrarmos pessoas que afirmam que as interpretações só os psicanalistas fazem... Ou outras que, ao ouvirem o termo “contexto”, imediatamente julgam que se trata de fenomenologia ou *gestalt*. Afinal, onde, ainda que com simplicidade, podemos fazer superposições, diferenciações criteriosas?

4.4. Análise e Interpretação

Por tudo o que se disse até aqui, dirigimos os argumentos para a diferenciação entre análise e interpretação. O diferenciador é a consideração do contexto para a produção do sentido. No plano conceitual, o contexto, pela idéia de perlocução de Austin, não se põe como o ambiente imediato, observável e exterior às pessoas e grupos, numa relação parte-extra-parte, e sim, como a condição de enunciação, constituinte de qualquer ato de fala, que responde pela geração de sentimentos, conflitos e expectativas nos interlocutores.

Também, como assinalamos com Maingueneau: há um “enlaçamento texto/contexto”, nos dispositivos sociais discursivos (gêneros de discurso) que produzem e acomodam expectativas entre atores numa determinada prática institucional.

Exemplar, nesse sentido, é a situação de atendimento psicológico feito a internos da FEBEM-SP, nos pátios da Fundação, por psicólogos e estagiários do Projeto Fique Vivo!, que apresentaremos no próximo item deste mesmo capítulo V.

Ali se poderá acompanhar o que é essa consideração do contexto da perspectiva de uma análise pragmática.

O contra-ponto a ela pode ser reconhecido nos destaques que fizemos aos atendimentos clínicos de Freud. Ainda que avançando de uma hermenêutica clássica, com interpretações analógicas, para o que Foucault entendeu como hermenêutica moderna (aquela que se inscreve no horizonte de interpretações inconclusivas, em que um signo sempre remete a outro, sem que se possa afirmar um signo originário, referência de realidade, em que, enfim, o limite é o intérprete), Freud esbanja atenção ao que considera ser o fenômeno transferencial e, em nenhum momento lhe ocorre que o discurso em análise supunha o da própria psicanálise; ele é constituinte desse contexto. Quando abordamos a questão da transferência, na verdade, tratamos disso; quando falamos dos três atendimentos clínicos, logo acima, deixamos as marcas das diferenças do e no analista em questão. Arrisquemos a hipótese de que, às suas diferenças, os três pacientes, apresentavam interferências distintas ao “aparelho psicanalítico”, ou melhor, transferências e contratransferências (ao gosto do discurso em questão) são efeitos de contexto dessa instituição, a clínica da psicanálise. Mais: o dispositivo se altera pela resistência (outro termo interessante, pois remete quase que diretamente a relações de poder), pelo modo como cada um deles exerce seu lugar de cliente diante do médico das causas difíceis e já reconhecidas como sexuais, e assim por diante (GUIRADO, 1991). Mesmo quando considerou a transferência de seus pacientes, e mesmo quando, engenhosamente, redesenhava a rede mágica inconsciente, com atentas perguntas e escutas, Freud não pôde dar ao contexto a consideração que a filosofia analítica e a análise pragmática do discurso lhe dão.

Em nome dessa marcação, reservamos para nosso trabalho com a análise institucional do discurso, o nome, o sentido, e os procedimentos da análise (não da interpretação). Garantimos de saída que isto se faz não como reserva de mercado lingüístico ou semântico, mas como um esforço de melhor caracterizar nossos procedimentos, confrontá-los com as especificidades de nossa disciplina do conhecimento e atuação profissional e, como insistimos em dizer, a elas retornar, na diferença possível, para que se continue inventando e pensando a nossa psicologia.

E voltamos ao nosso ponto de partida, ou melhor, ao modo de análise da análise institucional do discurso: “conte-me como você analisa?”

5. Exercício profissional da psicologia como instituição

Sempre tive na experiência profissional o carro-chefe do pensamento que resultou nessas tantas páginas que ora escrevo, como mais uma prova acadêmica. E, como vimos, essa experiência partiu dos trabalhos com instituições educativas, de promoção social, justiça, saúde e órgãos de categoria profissional, tendo sido esse o berço de estudos e pesquisas que me exigiu repensar os modelos de intervenção, à direita e à esquerda da psicologia. Daí, a criação da disciplina *psicologia Institucional* com um programa específico, para discutir, ao mesmo tempo, a especificidade e a contextualização da psicologia entre outras formas de saber. Apenas aos poucos, e com base em muitos desafios desse exercício, é que foi possível reconhecer que, na medida em que se afirmam as particularidades de um conhecimento, de uma prática, de um discurso, é que se torna possível marcar diferenças e, com isso, articular e

fazer interfaces com outros conhecimentos; isto, no plano dos conceitos, da reflexão, dos escritos.

A clínica permanecia, ainda, relativamente no escuro, sem que pudesse ser “pensada”, sem ser posta em cena para ser alvo da estratégia de pensamento que vinha se configurando; muito embora pessoalmente tivesse eu ingressado nessa prática profissional concreta. Secretamente, ainda a considerava “minada” e a experiência acusava certa dificuldade de produzir sob os cânones já consagrados, agora, no que diz respeito às psicoterapias e à psicanálise; não conseguia, por exemplo, fazer interpretações como as de meus mestres e colegas; pelo contrário, com muita naturalidade, via-me mais acompanhando o que me diziam meus clientes e como me diziam, do que tentando entendê-los pela teoria ou interpretando-os com os conhecimentos que havia recebido e/ou organizado. Essa experiência só começou a ser pensada, revisitada, como as demais, quando se apresentou o desafio para tratar questões éticas, no remanejamento de psicólogos da prefeitura, em 1992 (GUIRADO, 1995/2006). Isto levou-me a tratar de questões outras: como dizer que a transferência que ocorre nas clínicas-escola, é a mesma que aquela entre terapeuta e paciente num consultório particular? Escrevi o texto “Transferências e Transferências” que foi publicado na Revista Psicologia: Ciência e Profissão do Conselho Federal de Psicologia em 1992 e que, depois, passou a constar como um dos capítulos do livro *Psicanálise e Análise do Discurso* (GUIRADO, 1995/2006). Como pensar a análise ou interpretação da transferência, com os recursos conceituais de que dispomos, nascidos na relação terapeuta/paciente, quando a psicanálise se faz em meio a outras práticas, quando há superposição de lugares? (GUIRADO, 1991; GUIRADO, 2006).

Como se vê, foram as *questões referentes à transferência e à interpretação* que fizeram deslanchar o estudo mais aprofundado desses termos, para que não ocorressem *migrações de conceitos* sem o devido ajuste; o que mostraria a negação ou negligência do *contexto* especial em que se opera com eles. Foi também por essa via que se deu destaque a dois termos do discurso psicanalítico; originado nele (transferência) e/ou por ele particularmente re-apropriado (interpretação). Finalmente, foi possível dar destaque a dois lugares/fazeres/termos imediatamente constitutivos da cena clínica: a interpretação como o discurso do analista e a transferência como o discurso do paciente, em ato, nas sessões. Remetendo ao capítulo anterior, lembramos que, lá, os dois termos são tomados, e tratados na fronteira com o pensamento de Foucault e a lingüística da análise pragmática do discurso. Lembramos também que este exercício de pensamento nos levou a fazer uma retomada da clínica da psicanálise colocando tais conceitos em outra relação com os demais, posicionando de forma diferente os personagens na cena: (a) não só o paciente transfere e (b) o discurso que está em análise supõe também aquele do lugar do analista.

5.1 A clínica redesenhada à sombra do discurso

Os dois últimos itens do capítulo anterior apresentaram a formulação a que chegamos, no momento, sobre o deslocamento da transferência para o discurso da análise institucional bem como sobre a diferença que buscamos estabelecer entre interpretação e análise. Com isso lançamos mais luz sobre a clínica psicanalítica

como análise de discurso e retornamos aos seus contornos com contribuições de outro modo de pensar.

Esse avanço, entretanto, teve momentos de registro da experiência que organizava as idéias. Seguem-se extratos que destacam momentos significativos dessa experiência clínica, momentos de guinada. Como se poderá notar, constam já de livros.

A história de Pedro em *Psicanálise e Análise do Discurso* (GUIRADO, 1995/2006) marcou o instante em que o desalojamento de meu lugar de analista, pela especialidade dos modos de ver, falar e mover-se de Pedro, colocou em xeque o dispositivo institucional e as expectativas nele re-desconhecidas. Sim, porque esse rapaz que tinha apenas visão periférica, para me ver, não podia dirigir-se a mim, olhando-me diretamente; seus gestos pareciam demorar-se alguns segundos em relação às palavras, proferidas já em ritmo “calculadamente” lento. Meu estranhamento daquela situação levou-me a pensar, em ato, o quanto que procedimentos, como o uso do divã, cumprem a curiosa função de controlar as imprevisibilidades discursivas. Cito três extratos dos textos, escolhidos para dizer da relação que fiz entre singularidade e instituição discursiva: uma cunha que parece marcar a constituição paradoxalmente conjunta dessas duas ordens (sujeito/instituição); translúcida dobradiça, diria Cintya Ribeiro.

(...) é radical a diferença entre não ser vista por um viés do dispositivo de procedimento e não ser vista porque as vistas do paciente, mesmo à sua frente, não lhe podem dar foco. Não sabe das ondulações de minha expressão facial ou corporal porque não pode ver, mesmo que olhando. É definitiva a ruptura dos esquemas de relação já tão eficientemente calejados, cimentados e sacramentados de nosso cotidiano na clínica. Bem aquilo que diz Foucault na Aula Inaugural sobre a Ordem do Discurso: a instituição tem respostas prontas à espera das dúvidas que, exatamente por

isto, nem chegam a surgir ... Exceto em situações privilegiadas como a que relato. Pedro e eu, no processo da instituição psicanalítica, na ordem de seu discurso; pontos de estofo (singulares) da subjetividade que nela se constitui. No meu estranhamento toda a força daquilo que é excluído, recusado, apartado dessa ou nessa ordem. *Meu* estranhamento. Reorganizador imprescindível dos regramentos invisíveis do processo analítico: meu. Possível apenas como estranhamento, para além de minhas características pessoais, porque ocupava o lugar de analista com todas as suas características discursivas diante de um paciente que ocupava/negava o seu, para todas as expectativas em jogo (GUIRADO, 1995/2006, p. 92/93).

(...)

(...) num universo de e para quem enxerga, ainda que com recursos de lentes normais, o discurso só mostra suas tiranias e traições quanto a visão falta aos que o dizem. Foucault tem razão, novamente, quando toma esta dimensão das falas. Se se recusa a admitir o sujeito, dramático, afetivo, inconsciente, sede das instituições e rachaduras do discurso que vai além dele, por certo, pode deixar que nós o admitimos. Pedro é singularidade exemplar nessa injunção (p. 93).

(...)

O leitor já deve ter se dado conta da singularidade desse processo. Deve ter se dado conta também de como sua especialidade em nada o faz absolutamente original e desenraizado das condições institucionais de uma produção discursiva que regra a separação e a exclusão. Isto está na fala sobre si, organizada aos matizes de uma história que, com certeza, registra-se em complexas redes de sentidos e identificações que a consciência não atinge. Inclusive aquela com o lugar definido à margem da normalidade visual. Pedro é a intimidade das alianças de significações/identificações, assim tão visíveis, ao se dizer. Sujeito de afetos e representações, reconhecimentos que não se cansam de recorrer. Subjetividade que a análise clínica (por que não?), decalca tão Pedro... (GUIRADO, 1995/2006, p. 94).

Com o título “Se eu quero fazer análise? Vocês é que sabem...” apresento, no livro *A clínica psicanalítica na sombra do discurso* (GUIRADO, 2000), o atendimento de um rapaz, levado pelos pais, preocupados com uma tentativa de suicídio e com a suspeita de que estivesse usando drogas. Nesse caso, dei-me conta do quanto que uma análise só se pode iniciar com o comprometimento mínimo em nome próprio do cliente; o quanto que o discurso de sessão enlaça várias vozes, inclusive a do

analista; o quanto que, por fim, é na transferência que as posições em cena são assumidas. A frase-título assinala o momento em que esse rapaz, lacunar em suas expressões e contradizendo o largo sorriso na chegada, devolve a um personagem, que associa os pais a mim, a demanda e o desejo de prosseguir naquele contato comigo. Talvez porque eu tivesse respondido de modo coloquial à espécie de desafio que lançara (“Por quem me tomas?”), corta-se o procedimento da entrevista com uma inversão. Com uma pergunta ele parece, finalmente, entrar em cena como Cadu: “E você, o que pensa sobre drogas?” Agora, *e/le* perguntava e, mais que isto, *perguntava*. E o fazia com uma expressão entre o sorridente e o provocativo. Ao dizer, mostrava, portanto, que se reconhecia no direito de entrar e de entrar desse modo naquele jogo de poder, de que até então se mantinha à parte, como quem pudesse fazê-lo.

(...) Apressei-me em *responder*. Por certo, ratifiquei assim a disposição daquele parceiro que deu indícios de alterar sua atitude. Com o máximo de sinceridade, respondi o que me perguntara, sem rodeios. Mais que esclarecer sentidos, parecia-me importante constituir a parceria “proposta” por Cadu, instituindo com isso outras condições de interlocução. Talvez aquelas que permitissem a confiança necessária em qualquer parceria (GUIRADO, 2000, p. 39).

No livro *Psicologia Pesquisa e Clínica – Por uma Análise Institucional do Discurso* (GUIRADO; LERNER, 2007), escrevi o capítulo intitulado “A clínica psicanalítica como análise de discurso”. Nele, apresento outra situação de atendimento, com a preocupação de demonstrar, de forma mais extensa, essa clínica que, como o leitor constatará pelo texto na íntegra em anexo, pode ser considerada psicanalítica na medida em que é tomada como um dispositivo discursivo. Transferências (do analista e do cliente), afetos, fantasias, lembranças

(provavelmente) encobridoras e desejos puderam se configurar em meio a tensões na relação terapeuta/cliente, bem como em meio ao acaso discursivo das sessões. Sim, porque ao tentar escrever sobre elas, dei-me conta de que os disparadores de minha escuta pareciam absolutamente ligados ao momento “real” da sessão, às falas e sensações experienciadas a cada instante, sem que qualquer sentença interpretativa se “amarrasse” (antes ou) depois das pontuações feitas. Tanto que um colega disse, após ter lido o texto, que sentiu certo desconforto, pois as sessões pareciam seguir à deriva. Dou-lhe razão e retiro a sutileza do cuidado ao dizer que “pareciam” à deriva. Elas, de fato, o estavam. Por procedimento e método. E, se ao final daquele relato comentado do atendimento a Ciro (incansável parceiro de análise, envolvido e envolvente) algumas particularidades de sentido tomavam seus assentos em cena, nem sempre se pôde afirmar se a força motriz estava na fala ou na ação dele, ou nas minhas. Mas, talvez, isso fosse o que menos importava, quando se tornou reconhecível, ali, ao arrepio dos cânones da psicanálise e no limite da dimensão produtiva de uma concepção de discurso e de análise, uma interlocução especialíssima, onde enunciador e co-enunciador alternam-se em cena, na desigualdade das posições que ocupam. Para encerrar este destaque, assinalo que, nesses movimentos da experiência, se pode demonstrar que o discurso em análise está muito longe de ser apenas o do paciente. É o discurso do e no dispositivo analítico que se analisa, por seus atores, em ato, em cena.

5.2 A clínica “extra-muros”: mais que sempre faz sentido a perspectiva pragmática

Um outro texto registra a especialidade da experiência de atendimento psicológico quando ele é feito fora da estrutura física e, portanto, do modelo consultorial da clínica. Nessa situação concreta, aprendi o caráter radical e intransferível do contexto do atendimento, na produção de sentidos. Publicado na Revista da Sociedade de Psicologia, sob o título *A Psicanálise dentro dos muros de instituições para jovens em conflito com a lei*, em 2006, esse texto trata de parte do trabalho do Projeto Fique Vivo!, supervisionado por mim entre 1999 e 2004; mais precisamente, trata do atendimento “psicológico individual”²⁶ realizado por estagiários e profissionais em psicologia com internos da FEBEM-SP.

Dediquemos algumas palavras à proposta e ao cenário. O Fique Vivo! foi um projeto que visou à educação dos jovens internados na FEBEM (em razão de algum ato em conflito com a lei), por meio de oficinas de leitura e de jornal até as de “paternidade” (discussão das questões ligadas a eles como pais e como filhos) e de sexualidade, bem como por meio da criação de núcleos específicos como a “Rádio Fique Vivo”, no interior dos muros daquela entidade. Não cabe aqui, infelizmente, falar das tensões e desafios cotidianos que tal projeto enfrentou, buscando, ele próprio, ficar vivo em meio a práticas de controle e violência por todos os poros da relação que ali se estabelecia (e, provavelmente, ainda se estabeleça, em grande parte das Unidades de Internação daquela que hoje se faz conhecer pelo nome de Fundação CASA). Resistíamos e avançávamos até o limite de cada situação, absolutamente nevrálgica, ali vivida; discutindo sempre, os caminhos e descaminhos de nossa ação e a dos outros grupos institucionais, inclusive a dos internos. É indizível o que se aprendeu e o que se fez, nesses mais de cinco anos de contrato

²⁶ As aspas se justificam pela paradoxal condição física do atendimento: o pátio de uma das Unidades da FEBEM-SP para jovens em conflito com a lei.

de trabalho com a Fundação. Paradoxos, contradições e oposições à parte, a experiência mostrou-se significativa, tanto para os trabalhadores do Projeto quanto para agentes institucionais e clientela da instituição.

Pois bem. Um dos procedimentos mais comentados, naquela época, era o do atendimento psicológico aos rapazes, no pátio, à demanda pessoal, tendo como única pauta demarcada, a presença dos profissionais e estagiários (que faziam parte do grupo Fique Vivo!), em bancos no próprio pátio, em determinadas horas de determinados dias da semana. O que, assim escrito, soa como perfeitamente “encaixado” entre as práticas do Projeto e da FEBEM, em realidade, sempre foi a parte mais questionada do trabalho, dentro e fora das propostas do Fique Vivo! De início, despertou oposições por parte dos trabalhadores da instituição, mormente aqueles de contato direto com os internos, que indagavam sobre o que seria feito com as informações que os rapazes pudessem “passar”, durante esses atendimentos. Suspeitava-se, do lado de cá (dos profissionais do Projeto), que havia algo que ninguém poderia “passar” para fora dos muros imaginários que separavam a instituição e ou “outros” (grupos como o nosso que, em geral era bem visto nas casas onde atuasse, mas que, nesse momento, mostrou-se um potencializador de perigos); um segredo que, por certo, como todos os demais, já era do conhecimento de todos, mas que não se poderia legitimar a ocasião de seu proferimento; não se poderia falar por canais legítimos de produção de fala. Provavelmente se suspeitasse do lado de lá (os agentes institucionais, ou melhor, os funcionários), que uma tarefa aparentemente ingênua, porque se tratava de “fazer terapia” com os internos, “entregasse” (mais do que “revelasse”) o conhecido segredo e, com isso, incriminasse os funcionários. Ora, o que se sabe é que essa foi a ocasião em que as discussões de supervisão do Fique Vivo! atingiram, diretamente, as questões éticas

do (e no) trabalho junto a instituições de recuperação de jovens em conflito com a lei. Talvez num outro discurso, nem tão jurídico-criminal como o dos agentes, as dúvidas que se levantaram tinham relação com o que fazer com o que se viesse a ouvir dos meninos em situação de atendimento: e se falassem de violências cometidas contra eles, como grupo, ou de um ou outro deles sobre os demais? denunciariam?; e a ética da profissão?; e a relação com o rapaz que procurava o psicólogo?; não se exigiria o sigilo, visando à não-exposição dele, diante de seus pares e dos agentes institucionais?; afinal, eram atendidos a céu aberto; e todos tomavam conhecimento de quem procurava os psicólogos em plantão. E assim por diante.

O atendimento psicológico tinha como alvo uma escuta destinada a ser ocasião de o interno falar de si e de sua vida sem qualquer tarefa intermediária, por sua decisão de ser ouvido. Por que tanta agitação em torno desse fato? Pensei, de início, nessa curiosa propriedade do dispositivo institucional da psicologia quando, numa “interlocução a dois”, favorece um espaço privado de circulação de discurso, que pode ameaçar os que diretamente o fazem e os que, como uma espécie de público, assistem a ele. A informação que circula? Aquela de que trata o *um* inserido num contexto com qualidades especiais de interferência sobre o valor e o perigo iminente do que diz? Singularidade, ditos, e o valor institucional/contextual desses ditos: o sentido para toda agitação, talvez, devesse ser buscado nesse intrincado enlaçamento do sujeito nas práticas discursivas, nas instituições em jogo.

Uma situação foi exemplar desse trabalho, envolvendo atendimento e supervisão. A psicóloga que faria o atendimento num determinado dia do plantão soube, por uma funcionária da Unidade, minutos antes de ser procurada por um interno, que a casa iria “virar” (haveria rebelião). A partir de então, sentiu um

inominável desconforto de se ver sentada naquele banco do pátio com o rapaz que lhe falava sobre o que o levava até a FEBEM e rompera todos os vínculos com as pessoas que amava e de quem sentia falta (mãe e namorada): um assalto a um supermercado em que matou a moça do caixa com um tiro no rosto; não conseguia tirar da lembrança essa cena. A psicóloga só conseguia pensar, naquele momento, no quanto estava se sentindo controlada (e isto, pensava ela, porque, transferencialmente, ele desejava controlá-la para que ela fosse ponte para o mundo lá fora), invadida pela insistência do menino em lhe relatar “aquelas coisas”; tudo era percebido como se ela já estivesse refém.

Como nada aconteceu até o final do plantão e como, no plantão seguinte o rapaz voltou dizendo que julgava tê-la assustado com o que “despejara” nela, com o que lhe contara sobre sua vida, “tudo muito sujo, tudo muito violento”, a psicóloga faz alguns ajustes em sua escuta.

Na supervisão, pudemos discutir que estivera, literalmente, refém do contexto, do medo, de uma rebelião possível. O que deu sentido às palavras do menino à sua escuta, muito provavelmente, tivesse pouco a ver com os sentidos (quais?; não se sabe) que ele pudesse lhes dar naquela interlocução. Procuramos então, a partir de algumas anotações suas, pensar no modo como ele falara, na organização que deu ao tema, nas referências que fez a ela, para que ela pudesse se liberar dos fantasmas e da angústia de estar à mercê de uma rebelião, em pleno pátio da FEBEM.

Essa situação que ora relatamos justifica os ajustes conceituais (como buscamos fazer no âmbito desta tese de Livre-Docência), físico-materiais e de procedimentos (como buscamos organizar nas situações concretas que se apresentam) quando o

atendimento psicológico se faz além dos muros do consultório e em condições tão especiais como as que descrevemos.

Ao mostrar a inevitabilidade desses ajustes, nessas ocasiões, válida no entanto, a iniciativa de redesenhar o atendimento clínico, lá onde se exerce historicamente, o consultório. Movimento que nos é cada vez mais caro e que tem exigido esforços razoáveis. Talvez por serem, os aspectos mais reconhecidos como os do fazer do psicólogo, esses da clínica; talvez por estar aí a imagem que “naturalmente” e mais ajustadamente (in)veste o profissional de psicologia. Esse movimento que destaca nos discursos e procedimentos dessa prática, termos fundamentais, trabalha-os no confronto com outros conhecimentos e os “devolve” modificados, modifica também a psicanálise e sua clínica.

Como se vê, estender o trabalho clínico de inspiração psicanalítica, para além de seus limites concretos, permite voltar a ele com redobrada des/confiança que é só quando nos afastamos que podemos contribuir com nossos estranhamentos para outros e novos assentamentos.

Até aqui, comentamos os registros de experiências concretas de trabalho clínico²⁷, uma vez que, conforme assinalamos anteriormente, esse era o fazer psicológico que merecia mais atenção para mostrar a viabilidade de nosso método. Restam-nos, ainda, duas outras modalidades de fazer/pensar a psicologia: a pesquisa e o trabalho junto a outras instituições. A sequência que nos parece mais adequada para a presente exposição é a de prosseguir fazendo um recorte da experiência em pesquisa para comentar o que recentemente provocou algumas

²⁷ Mesmo no caso do Projeto Fique Vivo! Demos foco às desconfortabilidades que o atendimento (clínico) psicológico moveu nas práticas das Unidades em questão bem como às interferências do contexto na prática clínica da psicologia.

reviravoltas no pensar esse fazer. Para variar e seguir com o mesmo tema, pontuaremos, novamente, um trabalho com a Fundação Casa.

5.3 Pesquisa: a subjetividade e o contexto no texto da entrevista

É comum ter que enfrentar situações em que sou argüida, em bancas onde figuro como examinadora, sobre a restrição que o recorte discursivo impõe ao “material psicológico” ou, simplesmente, ao “psicológico”. O pressuposto dessas interpelações é, que o discurso, estaria cindido dos afetos e a subjetividade correria ao largo das falas, onde quer que estas sejam o *corpus* em análise. No entanto, as entrevistas têm sido um recurso destacado para se “obter material de pesquisa”. A questão, de fato, são as lentes de leitura, ou seja, o campo conceitual que instrumenta a investigação; em grande parte dos estudos, crê-se poder fazer das falas, o caminho transparente, não fossem os empecilhos inconscientes (claro, para as razões, os motivos, os afetos e os sentidos *da pessoa* que fala). Assim, a opacidade e a heterogeneidade do discurso, bem como a tessitura da singularidade fora dos limites visíveis e identificáveis da pessoa-sujeito psicológico, deixam de constituir o esquema básico de pensar o que fazemos quando fazemos pesquisa.

O disparador para pensar, como hoje, essas questões da pesquisa foram o mestrado e doutorado, como firma o Memorial, ambos com a FEBEM-SP. Mesmo conhecendo relativamente pouco de Foucault e sem ainda conhecer a análise do discurso francesa, impôs-se considerar o que via e ouvia numa distância razoável de tudo o que estudara até então sobre psicologia e psicanálise. Em princípio, o impacto sentido deslocou sentidos e exigiu a suspensão de teorias aprendidas. Um

dos aspectos que observei foi o da impossibilidade de qualificar como quadros clínicos de psicose ou perversão, ainda que fossem os grupos de discursos de abandonados e infratores: a análise das entrevistas de cada interno e a reunião de todas as análises tinha o alcance de trabalhar as falas em entrevistas e não o de análise psicológica dos entrevistados. Apesar de serem iniciadas com uma pergunta geral (“fale-me sobre sua vida”) havia que se respeitar que tomavam os internos em sua condição de internos, ou seja, a partir do lugar institucional que exerciam, numa interlocução mediada pelo lugar de entrevistados para uma pesquisa a alguém que lhes era absolutamente desconhecido, sem que eles tivessem solicitado qualquer coisa. Naquele momento, este era o norte para um estudo que visava a tratar do vínculo afetivo imaginado como possível por esses jovens na condição de clientela de uma casa de custódia. O teor psicológico do objetivo, não deveria trair a especialidade do modo de vida deles; portanto, havia que se justificar como configurar afetos no discurso, uma vez que aquela era uma tese acadêmica. Foi, então, ensaiada a primeira articulação de dois campos conceituais, que até hoje figuram nas linhas mestras da estratégia de pensamento da análise institucional do discurso. Mas, se no capítulo sobre método as tentativas se mostraram apenas satisfatórias, as análises é que fizeram avançar as idéias. O livro *Instituição e Relações Afetivas* (GUIRADO, 1986/2004) atesta-o. Lá, inclusive, organizei uma seção de procedimentos de análise, com o cuidado de esclarecer sem caracterizar uma técnica certa, como foi processada, em linhas gerais, a análise. O curioso é a recorrência à montagem de cenas que posicionavam personagens nas narrativas sobre a vida, dentro e fora da instituição; o que, alguns anos mais tarde, se mostrou ponto privilegiado para pensar a constituição da subjetividade e a transferência, na fronteira com a lingüística pragmática da análise do discurso francesa. A título de

exemplo, foi destacado como recorrente em diferentes falas, que cenas de proximidade, afeto, intimidade, eram imediatamente seguidas de outras, violentas. Ou, ainda: os meninos que apresentavam algum tipo de delito como motivo de internação, normalmente, narravam cenas em que sempre figuravam como protagonistas poderosos. Daí, resultava, grande parte das vezes, de suas falas estabelecerem uma relação ambígua entre vida e morte, matar ou morrer.

Curioso, também, é perceber como as situações concretas de análise iluminaram a perspectiva de considerar o emprego de expressões gramaticais indicadoras de como se dava a interlocução, no momento da entrevista, que enunciavam sentidos. Exemplar desse fato foi a pergunta “Você tem pai, mãe?”, que teve como resposta “Tão aí no Ipiranga”. Outras situações corroboraram que as questões sobre o *quê* e o *como* eram respondidas com o *onde*. Na seqüência, podia-se configurar um grupo de sentidos para as referências à rotina e ocupação de espaços físicos na Unidade: “a unidade subjetiva possível parecia ser esta da Unidade com seus espaços e tempos marcados, no caso dos abandonados.” A metáfora que condensava esses sentidos “hora da preguiça”, referida por eles como um “sem-tempo” que se repetia todos os dias à tarde, quando então não podiam entrar em seus dormitórios e só poderiam ficar no pátio, “preguiçando”...

Depois dessa pesquisa, direta ou indiretamente, meu contato com a FEBEM se manteve, sobretudo com supervisões a técnicos das Unidades e ao Projeto Fique Vivo!, indicando que uma pesquisa acadêmica não precisa ser encastelada desde sua idealização até seus resultados. Pesquisas feitas com instituições sociais rompem os muros entre a Universidade e a realidade social. E, não se trata aqui de

qualquer coisa que lembre “pesquisas aplicadas”. Trata-se, sim, de disparar um tipo de produção que continua por outros meios.

Ainda no que tange à pesquisa, somente depois de anos, consegui retornar a essa instituição, agora na qualidade de orientadora de uma Iniciação Científica. Dailza Pineda, aluna de psicologia da USP, levou a cabo um estudo com Bolsa FAPESP (2007/2008), sobre as possibilidades da educação, quando a FEBEM, por decreto e projeto político, passa a se chamar Fundação CASA. Mudanças físicas e materiais? Mudança de clientela? Mudanças nas relações? Mudanças na burocracia? Mudanças na “aplicação de medidas sócio-educativas”? Mudanças?... E a educação, em meio a tudo isso?

Diferente do estudo anterior, este atentou para a sobreposição de duas fortes instituições sociais, a educação e a prisão para jovens, num contexto único que se propõe a implantar medidas sócio-educativas, definidas no âmbito da Justiça (instituição de inquestionável força, igualmente). As entrevistas pautavam-se por um roteiro mais voltado para a comparação de contextos de trabalho (com funcionários) e de internação (com os internos) e o estudo foi conduzido numa Unidade-CASA que apenas há pouco mais de um ano estava funcionando. A direção da Unidade estava também a cargo de uma psicóloga que se mostrara diferenciada em outras atuações no cargo de diretora em outras Unidades da FEBEM; diferenciada por ações consideradas humanizadoras no atendimento a esse segmento da população. A idéia era, portanto, a de tomar as possibilidades da educação, ali onde ela se mostrasse mais viável, em que pese a história das práticas da Fundação.

Os resultados, como não poderia deixar de ser, sofrem as marcas das condições em que a pesquisa foi feita. Ou seja, falam de um contexto específico, pela qualidade da experiência e pelo foco da pesquisa. Mas, nem por isso deixa de apontar uma direção para as relações entre educação, medidas sócio-educativas e condições de privação de liberdade, exatamente quando se denunciam esforços conjuntos para que a “experiência dê certo” e prove (ou não) que mudanças são possíveis.

Em síntese, os resultados, conforme Parecer à Fapesp, que escrevi na qualidade de Orientadora.

(...) Como se pode observar, um estudo como este, na perspectiva institucional e com análise de discurso em entrevistas com agentes e clientes de uma mesma instituição, exige disciplina e trabalho constante do pesquisador.

A análise de cada uma das entrevistas, a configuração de regularidades discursivas entre elas e a escritura de um texto de que constem tais regularidades bem como o que marca a diferença no conjunto do *corpus*, foi o procedimento básico rigorosamente exercido pela bolsista.

Em especial, pontue-se o fato de tratar-se de um estudo numa instituição como a Fundação CASA (ex FEBEM), buscando sobretudo destacar os caminhos e as possibilidades ou impossibilidades de uma ação educativa com uma clientela em reclusão e perda de liberdade. Uma questão delicada, tomada exclusivamente no modo como os atores institucionais reconhecem e legitimam as práticas e as medidas sócio-educativas, enquanto desconhecem as naturalizações que fazem de temas sociais candentes como jovens em conflito com a lei, adolescência, educação e reclusão por infração da “ordem social”.

Uma questão delicada, também porque é de se notar a diferença sensível das condições materiais dessas práticas da Fundação CASA em relação à (não tão) antiga FEBEM.

Essas diferenças dariam condição de marcar outras no plano da própria educação como instituição social, agora em situação de reclusão? Seria possível falar que as “medidas sócio-educativas”, tal como referidas pela justiça, pelo código, pelos agentes institucionais e pela clientela, acentuam o traço educativo para além do judicial? Em que medida isto pode se dar? Qual é a educação possível nessas condições?

Como o comprova este Relatório, Dailza não se esquivou de, seguindo os procedimentos e a estratégia de pensamento da análise institucional de discurso, voltar a essa discussão tão candente quanto outras que cercam e atravessam a instituição em pauta.

Seu material de pesquisa lhe permitiu voltar à questão-título de seu trabalho *De FEBEM a Fundação CASA: uma educação possível?* e, dentro dos limites dele, fazer algumas afirmações significativas.

(GUIRADO, M. parecer dado à FAPESP, na qualidade de Orientadora, sobre Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica, da aluna Dailza Pineda, 2008).

Mas as coisas não param aí... Outras experiências e outras modalidades de reconhecimento e, possivelmente, de desconhecimentos se anunciam.

Numa visita que fizemos à Unidade estudada, para a entrega formal do Relatório da Pesquisa, desde o percurso viário até o dos corredores da instituição, fui tomada por lembranças e sensações diversas e nem sempre agradáveis. *Passado* (tempo em que *eu* era a pesquisadora) e *presente* alternavam-se e des-encaixavam-se. A FEBEM do Tatuapé e a da Imigrantes (quando abrigava meninas) voltavam à memória, como construções em meio arborizado. E aquela ali? Uma construção-caixote de concreto cinza com alguns detalhes em amarelo, cercada da aridez da terra vermelha, sem floração natural. Paris-Texas, nos arredores de São Paulo. O trajeto até lá foi feito por metrô, trem e ônibus, sendo que na última parada (ligação trem/ônibus), já na cidade-destino, ninguém sabia o ponto da Fundação-Casa; apenas o motorista indicou onde ficava o presídio, quando ouviu o nome FEBEM. Alavancadas por um veículo a que parecia faltar motor, nas subidas (que não eram poucas), e fundição de lataria, nas retas a 30 km/hr, quando já podíamos desconfiar que percorríamos a pista de demarcação do perímetro urbano, fomos avisadas que chegara a hora de descer. E, ali, bem à nossa frente, nosso endereço-destino.

Apesar de estarmos sendo esperadas, de Dailza ter ido várias vezes ao mesmo local e de eu ser conhecida pela diretora e por alguns profissionais em função de meus trabalhos sobre a instituição, fomos submetidas a revistas por policiais, apresentamos documentos e deixamos sob guarda, nossas bolsas. Nada violento, mas tudo sob desconfortável suspeita da qual, até certo ponto, desculpavam-se os que nos revistavam. Ou nós representávamos um perigo para eles ou eles é que representavam um perigo para nós. De qualquer forma, impunham-se claras fronteiras: eles/nós, dentro/fora, aquém/além-grades, aquém/além-portas-de-ferro. Não restava mais dúvida: mesmo antes de conhecermos os interiores daquela CASA, tínhamos a certeza de que estávamos em uma prisão.

Antes, então, de conduzir o leitor para esses interiores, façamos alguns comentários sobre o que a cenografia adianta dos personagens e das expectativas de relação entre eles, sobretudo no que diz respeito ao que Dailza pesquisou. A sócio-educação não deve ser algo semelhante ao que socialmente se entende ser a educação. Como “medida sócio-educativa”, escreve-se a *condição especial* daqueles que devem *cumpri-la*, a condição de estar *sob custódia da justiça* e em *privação de liberdade*. O dispositivo cenográfico prepara quem nele adentra para todas essas equivocidades das palavras; ou melhor, demarca regiões de sentido: afinal, sócio-educação não seria equivalente a educação social? Não. E quem enuncia a diferença é o próprio dispositivo cenográfico. Assim, sócio-educação como “medida judicial” deve ser algo especial, distinto de educação social. O que será? Nas suas formas, os atores dirão.

A pesquisa mostrou que tal medida se inicia pela suspensão da liberdade que é o bem mais demandado pelos internos. Estes apresentam a irreversibilidade da

condição de privação a que estão expostos, enquanto pesar sobre eles a exigência de seu cumprimento. Quanto aos agentes institucionais, que nem sempre têm a clareza dos internos para falar sobre o que são essas medidas, elas podem, para alguns, não representar antagonismos e especialidade de condições tão marcantes e radicais.

Voltemos ao passeio, agora pelos interiores das grades e portas de ferro. Os aspectos que nos chamaram mais a atenção: todas as dependências são “frias”, à sombra, não há espaço com incidência direta de sol; as paredes parecem inacabadas, como, ao que dizem os agentes, são inacabadas as lições judiciais com a construtora; os dormitórios não diferem de uma cela na disposição de colchões; no entanto, são limpos e apresentam armários para guarda de pertences individuais, como roupas e calçados; há pouca ou nenhuma condição de conforto para atividades não programadas, como ver TV, por exemplo; quanto às atividades programadas, curiosamente, a que reúne mais internos é a de tapeçaria, que à primeira vista mais parece uma aula de tricô coletiva, dirigida por duas funcionárias da Unidade; essa oficina e a de educação (sala de aula com cadeiras pequenas e livros e objetos também para pequenos) são conduzidas por mulheres; as demais, que envolvem informática, capoeira e música têm educadores (homens) na coordenação; numa quadra de esportes, igualmente chaveada e coberta, alguns rapazes jogavam bola.

Uma grande surpresa, entretanto, ficou por conta dos próprios internos. Todos, de cabelo máquina zero (por quê?; não se soube), assumiam ares da modernidade adolescente extra-muros/grades, roupas não uniformes, em atividades que supunham movimento e/ou conversa, entre eles e com os educadores, exceção feita à tapeçaria (o que novamente nos intrigou). Dirigiam-se à diretora como

“senhora”, sem o qualificativo do nome próprio (faziam o mesmo com os educadores e com as visitas), fazendo-lhe perguntas sobre questões de rotina.

Outra grande surpresa ficou por conta do modo como a diretora se dirigia a eles, conhecia-os pelo nome, referia-se a situações recentes pelas quais tivessem passado, perguntava sobre a produção de alguns, assim como mantinha algum tipo de conversa com outros, a respeito de seu retorno para lá, o que fizeram para que isso acontecesse e, de certa forma, já anunciava a expectativa de encaminhamento. O interessante era que eles pareciam “conversar” com ela, relatando o feito, sem constrição ou dissimulação. Mesmo que essa fosse uma estranha cenografia de conversa: eles estavam em lados diferentes das grades. Talvez, este fato estivesse indicando como se podem forçar, até o fim, os limites das condições institucionais adversas.

No tocante a nós, passadas as significativas burocracias de entrada, fomos conduzidos a todos os espaços da casa e nossas perguntas, além de outras que deveriam ser da própria diretora, eram-nos respondidas com a lucidez de quem acredita ser possível ir além de grades...²⁸

O que, disso tudo, se configura à análise das entrevistas, centro da pesquisa de Iniciação Científica? Ora, pelo avesso ou pelo direito, o discurso dos atores e o da análise, desenham e redesenham as cenas aqui “narradas”. A visibilidade da direção e a sustentação que ela dá ao trabalho, por exemplo, saltam aos olhos e ouvidos; são expressas e sem oposições (como?; não se sabe) as referências feitas a isso em todas as entrevistas. De modo extenso e intenso, a diretora é procurada para resolver problemas, é tida como quem vai “salvar a todos” em situação de

²⁸ Aliás, “grades” eram tema de vários comentários, sobre o espaço físico, pela diretora.

perigo. Sua entrevista traz a ação complementar a essa demanda. E tal aspecto que a análise do discurso aponta, de preferência, suspendendo intencionalmente a opinião do analista, na visita, mostra uma de suas razões ou engate: afinal, conhecer os internos pelo nome e ter em mente sua história e suas possibilidades de futuro na instituição não é uma situação recorrente. Se, de um lado, estas ações remetem a risco de dominação, de outro, a situação concreta pode ser, como apontamos acima, a ocasião de forçar os limites instituídos.

Outro aspecto que a análise das entrevistas enfatizou foi o da normatização sobre a qual se apóia a relação de custódia. Por atos como o de uma coordenadora de atividades encaminhar um rapaz para um agente de segurança de corredor, para que ele pudesse ir ao banheiro, pode-se verificar tal apoio, inclusive, o que significa uma ordem que aprisiona o corpo, para além das grades. Esse é o dispositivo no exercício pleno dos lugares que nele se instituem, na correlação de forças que supõe. Tanto mais fortalecida se mostra essa ordem, quando se nota que os agentes de segurança eram dois rapazes, pouca coisa mais velhos que os internos, não uniformizados e sentados em cadeiras de plástico, à frente das portas das salas de atividades.

O que a análise das entrevistas não trouxe diretamente, no entanto, foi a menção à infraestrutura prisional da CASA. Talvez porque seja algo supranaturalizado para os que fazem o dia-a-dia da instituição. A diretora e os internos (estes, com mais contundência e radicalidade) falam do caráter determinante de se viver em condição de privação de liberdade. O que se naturaliza, no entanto, é que as condições materiais dessa privação sejam aquelas que se observam a olho nu e aos movimentos de re(des)conhecimento do e no contexto.

Nada que invalide o exigente trabalho analítico. Pelo contrário, força seus limites, também.

5.4. Para além dos consultórios e das pesquisas

No livro *Psicanálise e Análise do Discurso* (GUIRADO, 1995/2006), no capítulo 10, relato uma experiência de supervisão institucional que, creio, contribui para a compreensão da estratégia de pensamento de uma análise institucional do discurso, em seu território-rei: instituições sociais de atendimento à saúde. “Território-rei”, por duas razões em especial. A primeira: a psicologia de certa forma pode ser considerada uma profissão da saúde. A segunda: a própria análise institucional do discurso constituiu-se historicamente a partir de trabalhos e intervenções psicológicas junto a outras instituições, como psicologia institucional; e, nisso, com certa “folga”, foi possível pensar a questão dos lugares nas relações institucionais, primeiro passo para o entendimento de certa subjetividade-efeito, de certo sujeito/subjetivação matriciados nessas relações.

Como já comentamos, a partir do momento em que se opera com a idéia de lugares instituídos, o próprio exercício da psicologia deve ajustar-se; deve ajustar conceitos ou pré-conceitos, de tal forma a não funcionar com “pontos cegos” que a teoria pode provocar, enquistando e isolando do contexto, a produção; de tal forma a não afirmar como naturais e absolutas as verdades que, de modo circular, a própria teoria instrumenta; em suma, todo cuidado é pouco para que não se façam migrações de conceitos indevidas e equivocadas, apesar de se terem alterado aspectos da técnica (por exemplo, nas escolas ou hospitais não se utilizam divãs,

mas o entendimento do que fala o cliente está prenhe dos pressupostos de quem se senta na cadeira de analista).

Na supervisão em apreço, em função do atendimento a um usuário dos serviços públicos de saúde, todos os procedimentos do dispositivo hospitalar ficam expostos a quem se dispõe a analisá-los. Nesse movimento, expõem-se também os procedimentos da psicologia como serviço de saúde. Expõem-se, por exemplo, o que acima chamamos de pré-conceitos, ou seja, os pressupostos nascidos da aprendizagem de teorias como um saber acima de qualquer suspeita; isto, mesmo que algumas das técnicas já tivessem se ajustado ao conjunto do atendimento oferecido por uma instituição hospitalar.

Nisso tudo, o que se pode considerar que aprendemos é que o discurso dos agentes de saúde, tecido em procedimentos concretos de atendimento aos usuários (na relação de clientela, portanto) forja diagnósticos desde a triagem, ou antes, desde a recepção do dispositivo de saúde em questão. Por uma espécie de acordo tácito, e em vias burocráticas absolutamente legitimadas, faz-se o diagnóstico como quem desfere uma sentença sobre o destino institucional do cliente e, quiçá, sobre seu rumo num determinado momento da vida.

Se o leitor identifica aí relações de poder, que saiba que o registro escrito dessa experiência visava a tratar da dimensão política do exercício da psicologia. O que, no entanto, se esclareceu mais foi o fato de a “doce e cuidadosa” atenção à saúde, ser, efetivamente, um insidioso percurso de desconhecimento diagnóstico e de reconhecimento do fazer técnico ao bem do serviço público. E, nesse contexto, é que se pode demonstrar, porque competência técnica, nem sempre é abuso de poder. Depende da inserção de recursos da técnica num quadro conceitual que os

modifique, que lhes dê um norte diferente. É o caso das entrevistas em psicologia, como veremos no relato a seguir.

Como no caso do texto sobre transferência (no capítulo anterior a este), o capítulo 10 de *Psicanálise e Análise do Discurso* (GUIRADO, 1995/2006) perderia passagens importantes que lhe dão sentido, se fosse apenas comentado aqui, do ponto de vista de sua contribuição para pensar a questão do diagnóstico, como prática recorrente (e por que não dizer, ainda central) da psicologia. Por isso optamos pela transcrição de parte dele, sobretudo a que caracteriza o atendimento a um rapaz, na rede pública de saúde, conforme pudemos supervisionar. O tipo da letra, e o espaçamento indicam a transcrição.

“Clóvis, a Título de Exemplo”²⁹

Num convênio da USP com a prefeitura de São Paulo, ainda na gestão Luiza Erundina, alguns professores do Instituto de Psicologia foram contratados para dar supervisões como parte de um Projeto de Saúde Mental. Nessa qualidade, assumi os trabalhos numa das Regionais de periferia da cidade. Estava, então, em condições das mais privilegiadas de atuação em Psicologia Institucional, uma vez que não fazia parte do organograma de qualquer um dos equipamentos em questão. Apesar das limitações que o projeto como um todo pudesse ter, a elas não se somava a de minha implicação como “funcionária da casa”.

O grupo que participou das supervisões era multidisciplinar: psicólogos, médicos psiquiatras, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, todos atuando em Unidades Básicas de Saúde, Hospital-Dia, Centro de Convivência ou Pronto-Socorro de Hospital Geral. Equipe de Saúde Mental, portanto.

²⁹ Transcrição de parte do capítulo 10, Parte IV, do livro *Psicanálise e Análise do Discurso*, de minha autoria

Como se poderá notar no que se segue, com base numa situação concreta de atendimento de um rapaz, deu-se atenção a alguns aspectos significativos do serviço prestado pela Rede Pública de Saúde. Dentre eles:

a) consideramos a maneira como cada um dos profissionais a quem esse rapaz procurava repetia, sem se dar conta, as marcas e sentidos até então organizados pelas estratégias de sua profissão (aplicar teste, receitar medicação, fazer entrevistas), agora já devidamente articuladas às estratégias características dos atendimentos dispensados pelo Estado; ou seja, pusemos em questão os métodos e técnicas de todas as instituições aí em jogo;

b) discutimos as formas possíveis de inserção dos profissionais envolvidos, contribuindo para a compreensão e tratamento do “caso”, a partir das especificidades de seus conhecimentos e práticas;

c) demos foco ao cliente e sua demanda para que se elucidassem as alianças entre as instituições profissionais, a organização em particular (a Unidade Básica de Saúde, no caso) e a instituição Serviço Público.

A Configuração da Demanda

Numa das manhãs de sexta-feira, dia de supervisão, naquele clima habitual do “de que falamos hoje”, uma psicóloga do grupo sugere que se discuta “o que fazer com um psicótico numa UBS” (Unidade Básica de Saúde). Por sugestão, agora minha, circunstanciou melhor sua proposta. Estava pensando num “rapaz que o Posto inteiro atende”; “um rapaz que, já na porta, tinha um jeitinho de psicótico”. Ele ia todos os dias à Unidade, pegava guias de atendimentos diversos, interpelava no corredor os técnicos por quem já havia “passado”, solicitando consultas imediatas. Enfim, alguém que parecia sentir-se em casa, enquanto desalojava os profissionais de seu fazer cotidiano. Não tardou para que os outros participantes do grupo o identificassem: tratava-se de Clóvis, que já havia passado pelo PS do Hospital Geral, tendo estabelecido um vínculo igualmente classificado como pegajoso pela psicóloga de lá, e assim por diante.

Poliqueixoso, Clóvis apresenta-se, ao que se tem notícia, pela primeira vez, no serviço de saúde da região (PS do Hospital), como precisando de atendimento dentário. Como parecia ansioso demais aos olhos de quem o recebeu, foi encaminhado para o médico clínico de plantão e para a psicóloga, que por sua vez, depois de ouvi-lo “horas”,

encaminhou-o para a UBS. Agradecido, dirigiu-se ao destino com uma cartinha onde constava o diagnóstico de pânico. Com esse recurso, acrescido da frase de viva-voz “Hoje eu não to bom do nervoso”, agendou lá uma série de consultas. Isto, não sem, paralelamente, continuar visitando a “moça loira (psicóloga) do PS”.

Parecia a todos, que ir até o hospital ou ao ambulatório passou a fazer parte da rotina desse rapaz de 23 anos.

Daí até o título de psicótico que recebera com a aquiescência dos que o atendiam, a passagem não ficou esclarecida, nessa supervisão. Apontei ao grupo, de um lado, a discrepância entre o rótulo e os comportamentos que, com certo mal-estar me descreviam, uma vez que, visivelmente, sentiam-se encurralados por Clóvis, tendo que encontrar horários para atendê-lo; de outro, apontei que dele se “sabia” apenas que “era psicótico”. E isto era muito pouco.

Com boa vontade, os quatro técnicos da UBS que ali se encontravam (todos já tinham falado com Clóvis) tentaram dar mais informações sobre o “caso”.

Ao chegar ao Posto, há mais de um mês, foi avaliado por um psiquiatra que não aquele que participava da supervisão. Mas, dessa avaliação nada se sabia, a não ser que lhe fora indicada medicação.

A psicóloga, tendo-o atendido, fez-lhe a recomendação de que só voltasse a marcar com ela depois de ter tomado os remédios. Observe-se que seu relato não diz de Clóvis, e sim, dos procedimentos institucionais e de suas conseqüências para o já então paciente do Posto, mesmo desconhecendo o que se passara na consulta psiquiátrica. Ilustrando com clareza o funcionamento do serviço, o próprio cliente é o porta-voz de diagnósticos e encaminhamentos. Até aí, nada mau, não fossem os sentidos de desarticulação, fragmentação, desinteresse e descaso visivelmente veiculados por tais práticas.

A reação de Clóvis mostra-se, por certo, tão complementar que, a cada sinal de descaso, não por acaso, apega-se. Entre um ponto e outro dos encaminhamentos feitos pelos profissionais, literalmente, perambula pelos corredores cercando uns e outros e solicitando ser atendido ali mesmo pela psicóloga, pelo psiquiatra de plantão, pela assistente social, ainda que não discrimine a especialidade técnica em questão. Afinal, por aquilo que seguem os supervisionandos relatando, continuava indo diariamente ao Posto e, ora mais ora menos intensa e expressamente, dizia não conseguir esperar o efeito dos remédios para depois ser atendido pela psicóloga. Como por questão de espaço físico, não se lhe escapavam seus salvadores, ora trocavam algumas palavras com ele, ora repetiam-lhe a máxima “não posso atendê-lo no momento; volte quando acabarem os remédios”.

Mas, como ninguém é de ferro, quando se dizia “mal dos nervos” era-lhe aplicada uma injeção.

Eu, na qualidade de supervisora, faço nova intervenção, apontando para o fato de eles só falarem de Clóvis por meio desse quase jogo de “cerca Lourenço” do pessoal de plantão. O que demandaria ele com isso? Na verdade, a minha preocupação com esse toque era de provocar um certo desvio do olhar desses atendentes para aquilo que atendiam enquanto pareciam querer livrar-se. Ainda, julgava eu, no momento, que este homem e sua demanda permaneciam apenas espiados em seus movimentos/comportamentos para ser evitado. A resposta: quer aposentadoria, quer CIC, quer perder o medo de dentista (sempre se altera ao tocar no assunto), quer deixar de ser peso morto dentro da família, quer se sentir livre, quer passe de ônibus; “quer tudo ao mesmo tempo”, enfim.

Relatam também, em meio a toda essa indiscriminação, que o mandaram para o neurologista, tendo até então como retorno, pelo próprio rapaz, que sua consulta havia sido marcada para mês e tanto depois. Enquanto isso, segundo eles, não se poderia ter um diagnóstico fechado, uma vez que havia suspeita de quadro orgânico.

Note o leitor que um diagnóstico havia sido feito pelo “olhar clínico” desde a recepção: psicótico. E, muito provavelmente, esse era um fortíssimo diagnóstico. Ou seja, tinha ele uma eficácia imaginária tal que a medicação era o termo de contenção das investidas de Clóvis na rotina da casa (“volte depois de ter tomado o remédio”), bem como o *fechá-lo* parecia sinônimo de *confirmá-lo* para que assim, com justezas institucionais (cumprindo quesitos técnico-profissionais e burocráticos), acabasse sendo possível encaminhá-lo para fora do Posto, pressionando o Hospital-Dia da região a aceitá-lo (na supervisão e, talvez, pelos caminhos regimentais da Rede de Serviço Público da Prefeitura).

Disso falei, na ocasião, acrescentando outros aspectos à discussão que se podia fazer naquele âmbito. Apontei-lhes que a relação entre eles e Clóvis reproduzia um serviço que *atende sem atender*, em que o cliente que insiste assinala as renegadas marcas da instituição saúde de um modo geral e, sobretudo, da saúde pública. Em realidade, todo esse processo se nucleava em torno da seguinte imagem: *Clóvis, esse ilustre desconhecido*. Ilustre sim, importante sim. Porque, afinal, todos sabiam de quem falávamos. Ganhou uma visibilidade, no entanto, que lhe impedia ser visto, para além de suas queixas, em sua demanda. Uma demanda, é claro, que só se configuraria a um olhar técnico e institucional. Mas, que esse olhar pudesse se mover em outras direções, partilhando outros ângulos, organizando-os e, em especial, utilizando, numa perspectiva institucional, os recursos

técnicos de que dispunham. Agora, instrumentando *pontos cegos* e, no mínimo (ou máximo), colocando em movimento o que parecia, até então em suas falas, estancado.

É aqui que, penso, a *competência técnica* mesmo que se dando no diapasão de relações de poder, acaba sendo ocasião de saber *a serviço de quem a demanda*. Coloca-se dentro de limites de conhecimento e tenta se articular a outros conhecimentos, inclusive os que de si informa o cliente. Quanto mais abusivo não é travestir de diagnóstico o *olhar clínico institucionalmente assentado*...

Assim considerando a importância de olhar para Clóvis por novas lentes, indicamos, no final desse dia de supervisão, que os que o atendiam procurassem reunir o que se havia registrado nos diferentes pareceres já formulados a respeito dele; que conversassem com o psiquiatra da tarde (o que lhe havia receitado a medicação, cuja ingestão se tornara exigência básica para que os demais profissionais não tivessem que recebê-lo); que discutissem outras formas de saber de Clóvis, além da definida certeza de psicose.

Foi então que pudemos discutir as contribuições de entrevistas com ele e com a família que, inclusive, haviam sido agendadas para o final daquele mês. Quando perguntei o que pretendiam com elas, disse-me a psicóloga que iniciaria a conversa com a família com a seguinte assertiva:

“Vocês sabem que têm uma pessoa doente em casa.”

Sua intenção, conforme explicou, era a de poder desmistificar “essa coisa do louco”, dando informações sobre o que é a loucura, de tal maneira a ter aliados, entre os familiares em qualquer situação de encaminhamento que fosse decidida para o caso desse rapaz. Sem dúvida, uma intenção nobre e justificada. No entanto, mais uma ocasião que ratifica o diagnóstico que colocávamos em questão... Como se vê, há algo de renitentemente resistente nas nossas compreensões, neste caso, técnico-institucionais. Mas, de que valeriam as instituições de supervisão, senão para, a cada investida desse tipo, ser ocasião de cortes que façam pensar?

Voltamos então à carga: apontamos a recidiva e discutimos que outros sentidos poderiam ser atribuídos às entrevistas psicológicas bem como de quais outras maneiras poderiam ser estruturadas. Conclusão: optou-se por conduzi-las na direção de poder configurar os lugares imaginários que as pessoas se viam ocupando e os que atribuíam aos demais enquanto falavam. Isto sem dispensar os lugares assumidos e atribuídos ao e pelo psicólogo. Um exercício de atenção que exigiria deste último um incessante deslocar-se de suas habituais formas de trabalho. Dificuldade que, se não fosse negada, poderia abrir terrenos diferentes ao entendimento diagnóstico; poderia também reconhecer o crivo

institucional desse atendimento, tanto no que diz respeito aos vínculos familiares, como no que diz respeito aos vínculos inevitavelmente estabelecidos por todos (clientes e profissionais) com o serviço público.

A supervisão seguinte foi surpreendente. Haviam se passado quinze dias e a expressão das pessoas era significativamente diferente. Com certo prazer, afirmaram ter decidido o encaminhamento a ser feito no caso de Clóvis: Centro de Convivência. De sobreaviso que sempre fico em situações de mudanças aparentemente mágicas, solicitei-lhes que relatassem como tinham chegado a essa conclusão.

O sentido primeiro desse início de reunião era o de que estava afastado o diagnóstico de psicose. Centro de Convivência não abarca tais casos. Como teria se dado a alteração no entendimento de psiquiatras, psicóloga e assistente social?

Haviam sido feitas duas entrevistas: uma com Clóvis apenas, e outra, com ele e sua mãe. Foram elas contadas, extensamente, pelos profissionais envolvidos, como que a deixar bem claro que levaram a sério as recomendações e que haviam se comportado com a curiosidade característica dos instantes de criação. O “rapaz com jeitinho de psicótico” parecia ter se tornado um aliado na descoberta de quem era ele e o que demandava.

Era notório que algo se modificara na relação atendente/atendido. Algo da espécie de uma convicção de que nem o primeiro nem o segundo deveriam titubear diante das ocasiões e das previsões de contato. Algo que não está numa palavra de ordem, mas que a todos parece evidente que se deve cumprir. A exemplo, no dia marcado para a entrevista com a família, ele se apresenta sozinho, logo às 7 horas da manhã, três horas antes, portanto. A assistente social lhe diz: “Seria tão importante sua mãe vir ...” *Ato continenti*, voltou para pegá-la!

A imediatez de resposta a uma afirmação expectante como essa sinaliza um rearranjo de sentidos que prossegue deixando suas marcas: a mãe, que não cedera a convocações anteriores, lá chegou, como se levada a laço, com pressa, mas ao que tudo indicou, disposta a contribuir, uma vez diante da “moça do Posto”.

E assim parece ter se reorganizado a relação cliente/profissional: uma rede de expectativas, rede imaginária que é, passou a tecer sentidos para as “informações obtidas” naquela conversa. Quero dizer: desde perguntas sobre idade dela (a mãe), número de filhos, procedência, como eram as “coisas” em sua casa, foi possível traçar, no nível da análise que fizeram da entrevista (os técnicos), o que esperavam (os familiares) como

conduta de um membro daquela família. Foi possível, também, desenhar o perfil dos que se poderiam dizer pertencendo a ela, bem como aquilo em que Clóvis representava um desvio e o tipo de vínculo que lhe permitia, ainda, ser considerado parte dela.

Explicando melhor. Toda fala de dona Naci (a mãe) indicava duas vertentes organizadoras da ordem familiar: a relação com a doença e relação com o trabalho.

“O irmão dele é dono de carvoaria.”

“È só ter boa vontade e trabalhar que tudo vai ficar bom.”

“Tive 7 filhos do segundo casamento; o primeiro morreu; seis vingaram; o Clóvis é o quarto. A menina de 33 é babá e tem um menino de 14 anos.”

“A casa está no meu nome e do meu filho que é deficiente físico, cobrador de ônibus.”

“O problema do Clóvis é o nervos. Ele é dengoso demais.”

“A irmã de 33 controlou o nervos; trabalhava e melhorou.”

Como se pode notar, as referências às pessoas estão sempre seguidas de algum termo no eixo saúde/doença, ou no eixo atividade profissional. Esta parece ser uma família de trabalhadores em que Clóvis se destaca, como diz um irmão, pela preguiça. Uma desordem que o deixa em risco de exclusão. Mas, como diz D. Naci:

“Enquanto eu viver ninguém põe a mão no Clóvis.”

Por certo, a proteção materna e uma espécie de atividade de *office-boy* da família garantem sua inclusão. Desta última, queixa-se por sentir-se explorado: faz favores aos irmãos, mas não é reconhecido.

Aliás, sente-se sobrecarregado com as cobranças que lhe fazem. Não poderiam mandá-lo a três lugares diferentes ao mesmo tempo.

Por aí afora, muitas outras falas foram destacadas pela escuta da psicóloga e da assistente social nas entrevistas que conduziram, cada uma a seu tempo. Creio, no entanto, que para os fins a que nos propomos no momento, estes extratos são suficientes e nos remetem à análise que estamos procedendo do exercício da psicologia.

Uma espécie de passeio pelo jogo de imagens cruzadas entre os personagens dessa constelação familiar produziu, na equipe que o atendia, uma sensação de descoberta de Clóvis para além das paredes de corredores e salas daquela UBS. E, talvez por isso, tenha se implodido o rótulo *psicótico*. Diga-se de passagem, não foi sequer mencionado por ocasião desta segunda supervisão. É como se tivesse ido para o espaço. Abriam-se então novas possibilidades de olhar para aquele insistente rapaz. Viam-se também novas possibilidade de reagir à sua insistência. Só para exemplificar, parecia ter-se pulverizado o mito de que o remédio era sua salvação. É bom que se diga que Clóvis ajudou para que isso acontecesse: relatou numa das entrevistas que recentemente sentira muita tristeza e, enquanto chorava, tomou trinta gotas da medicação que lhe fora indicada (Neoleptil); passara muito mal, foi levado ao Posto e lhe deram uma injeção (Diazepan); como consequência, ficou com muito medo dos remédios e não queria ficar drogado.

A discussão feita no âmbito da supervisão foi resgatando, aqui e ali, os pontos que configuravam uma mudança na consideração que os profissionais faziam tanto desse cliente quanto da própria técnica de entrevista de que se utilizavam para conhecê-lo. Parecia que o atendimento institucional se movia...

O encaminhamento para o Centro de Convivência, com as funções que ele tem na Rede de Serviço Público à saúde mental, sela o novo diagnóstico: desviante das condições básicas de pertença ao imaginário dessa família, com 23 anos, sem profissão definida, vivendo em condições materiais pouco favoráveis, Clóvis é um forte candidato a estar fora do mercado de trabalho e a preencher todos os desencontros de sua vida com dores de dente, tremores nos braços, nas pernas e com medo de vender sorvete na porta das escolas. A possibilidade de estabelecer algum convívio com outras pessoas e de, nele, constituir algum grau de segurança em seus relacionamentos, talvez, fosse uma saída. Para tanto o atendimento público pôde contribuir.

Não se trata aqui, como poderíamos ansiar, de qualquer final feliz, mas é, sem dúvida, uma limpeza de terreno, na medida em que se conseguiu sustar um processo de notória estigmatização na doença mental. Mais concretamente, susta-se um processo de cronificação da relação demanda/atendimento/equipamentos hospitalares.

Cabe dizer que, sem o saber, este rapaz estava se expondo a uma parte dos procedimentos institucionais: a triagem. É claro que por tudo aquilo até aqui descrito, tanto ele já se sentia em tratamento quanto era, em tantas esquivas e aproximações, efetivamente tratado por aqueles que (não) o recebiam.

Com as discussões feitas nas supervisões, mesmo no aguardo da consulta com o neurologista, pôde-se fazer um relatório que fechava um diagnóstico. Caso, de fato, Clóvis demandasse cuidados específicos nesse aspecto poderia ser também especificamente tratado. Isto sem que a névoa da loucura empanasse o quadro.

É isso. Diagnóstico é, acima de tudo, discriminação e diferenciação. Ao bem de quem demanda.

Até onde se foi neste trabalho de triagem, as máquinas podem ser as mesmas: uma instituição pública e seus rituais, a psicologia, a psiquiatria e o serviço social e suas entrevistas. O diferencial está na lente. Uma lente que, ao menos supomos nós, remontou uma imagem de contornos mais definidos.

Nessa remontagem, o jogo de forças da produção de conhecimento: instituição, psicologia e poder...³⁰

Apesar da finalidade específica do relato da supervisão do atendimento institucional a Clóvis (parte de um texto que visava a discutir a dimensão política da psicologia), creio ser ela a melhor maneira de dizer das implicações da análise institucional do discurso como estratégia de pensar/fazer psicologia.

Isto para que se possa nesse momento interromper a tarefa a que nos propusemos de início: a de sustentação teórico-conceitual da análise institucional do discurso como método de pesquisa e de intervenção concreta em psicologia.

³⁰ Final da transcrição de parte do capítulo 10, Parte IV, do livro *Psicanálise e Análise do Discurso*, de minha autoria.